

A black and white photograph of a hillside town. The foreground shows the corrugated metal roof of a building. The middle ground is filled with a dense cluster of small, simple houses built on a slope. In the background, a larger hill rises, topped with a small structure and a tall antenna tower. The sky is filled with large, dramatic clouds.

UM OLHAR PARA O INVISÍVEL:
PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS
PÚBLICOS DA VILA SANTO ANTÔNIO, CAMPOS DO
JORDÃO - SP

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
Faculdade de Ciências e Tecnologia - Campus de Presidente Prudente

AMANDA GUEDES FERRI

AMANDA GUEDES FERRI

UM OLHAR PARA O INVISÍVEL:

PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA VILA SANTO
ANTÔNIO, CAMPOS DO JORDÃO - SP

UM OLHAR PARA O INVISÍVEL:

PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA VILA SANTO
ANTÔNIO, CAMPOS DO JORDÃO - SP

Trabalho Final de Graduação apresentado
à Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e
Tecnologia, Presidente Prudente - SP,
para obtenção do título de bacharela em
Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof. Dr. Eda Maria Góes

Coorientadora: Prof. Dr. Karina Machado
de Castro Simão

Presidente Prudente
2023

Presidente Prudente
2023

AMANDA GUEDES FERRI

UM OLHAR PARA O INVISÍVEL:

PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA VILA SANTO ANTÔNIO, CAMPOS DO JORDÃO - SP

Trabalho Final de Graduação apresentado à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente - SP, para obtenção do título de bacharela em Arquitetura e Urbanismo.

Data da defesa: 06/07/2023

Banca Examinadora:

gov.br Documento assinado digitalmente
EDA MARIA GOES
Data: 18/04/2024 14:24:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Eda Maria Góes (orientadora)
UNESP – Faculdade de Ciências e Tecnologia - Campus de Presidente Prudente

gov.br Documento assinado digitalmente
KARINA MACHADO DE CASTRO SIMAO
Data: 19/04/2024 14:33:21-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Karina Machado de Castro Simão (coorientadora)
UNESP – Faculdade de Ciências e Tecnologia - Campus de Presidente Prudente

gov.br Documento assinado digitalmente
VICTOR CHIRILLO DE OLIVEIRA STOIAN
Data: 24/04/2024 13:20:47-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Membro da banca: Victor Stoian
Arquiteto e Urbanista

F388o	Ferri, Amanda Guedes Um olhar para o invisível: : proposta de requalificação dos espaços públicos da Vila Santo Antônio, Campos do Jordão - SP / Amanda Guedes Ferri. -- Presidente Prudente, 2024 85 p. : il., tabs., fotos, mapas Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente Orientadora: Eda Maria Góes Coorientadora: Karina Machado de Castro Simão 1. Planejamento Urbano. 2. Cidades e vilas. 3. Espaços públicos. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

AGRADECIMENTOS

A elaboração e o desenvolvimento deste trabalho só foram possíveis graças à contribuição de diversas pessoas, às quais devo minha gratidão, em especial:

às minhas orientadoras, Eda Maria Góes e Karina Machado de Castro Simão, por dividirem comigo seus conhecimentos e me auxiliarem diretamente na produção desta monografia com muita dedicação e compreensão. À vocês, minha sincera admiração;

à amiga Gisele e aos outros moradores da Vila Santo Antônio, os quais tive contato e me ajudaram com informações, possibilitando a aproximação com a realidade local do bairro;

à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia, câmpus de Presidente Prudente, e seus funcionários, pelo ensino público de qualidade que amparou a minha formação acadêmica e profissional;

às minhas amigas, Andressa, Caroline, Jaqueline e Mariana, que me apoiaram durante todos os anos da graduação, se tornando parceiras, não só dessa jornada, mas de toda a vida;

à minha família, Gilson, Roberta, Gustavo, Gabriel, Bianca, Honélio, Nelza e Marília, e demais parentes, que sempre me deram suporte e incentivo para que eu pudesse estar do outro lado do estado realizando o sonho e o desafio da graduação pública.

a Deus, pelo dom da vida e por me possibilitar todos esses privilégios e oportunidades.

RESUMO

O presente Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo apresenta uma proposta de conexão e qualificação para os espaços públicos da Vila Santo Antônio, em Campos do Jordão - SP, com base em uma fundamentação teórica e análise de referências projetuais.

Primeiramente, contextualiza-se a origem e formação do espaço urbano do município, a fim de compreender seu processo de produção, o qual é marcado por características atípicas se comparadas às dos processos de urbanização tradicionais, sendo elas: formação a partir de três centros e relação direta com aspectos ambientais inerentes ao território.

Na sequência, são apresentados os contextos de surgimento das ocupações em encostas no Brasil, em Campos do Jordão e na Vila Santo Antônio, com o intuito de compreender os processos de produção e formação desses espaços urbanos. Além disso, realiza-se a conceituação do termo favela com base nas discussões do Observatório de Favelas.

Além disso, define-se espaço público e sua importância para as cidades, entendendo-o, essencialmente, como lugar de promoção de convívio entre diferentes. São abordadas as ideias de Jane Jacobs e Jan Gehl sobre esses espaços, contidas nos livros 'Morte e vida das grandes cidades' e 'Cidade para pessoas', respectivamente, além do estudo de duas referências projetuais, a fim de darem suporte para a definição de diretrizes, que orientam a proposta e o projeto desta monografia.

Palavras-chave: Ocupação irregular em encostas; Favela; Espaço Público; Campos do Jordão - SP; Vila Santo Antônio.

ABSTRACT

This Final Undergraduate Work in Architecture and Urbanism presents a connection and qualification proposal for the public spaces of Vila Santo Antônio, in Campos do Jordão - SP, based on a theoretical foundation and analysis of design references.

Firstly, the origin and formation of the municipality's urban space is contextualized, in order to understand its production process, which is marked by atypical characteristics compared to those of traditional urbanization processes, namely: formation from three centers and direct relationship with environmental aspects inherent to the territory.

Next, the contexts in which hillside occupations emerged in Brazil, in Campos do Jordão and Vila Santo Antônio, are presented, with the aim of understanding the production and formation processes of these urban spaces. Furthermore, the term favela is conceptualized based on discussions at the 'Observatório de Favelas'.

Furthermore, public space and its importance for cities are defined, essentially understanding it as a place to promote coexistence between different people. The ideas of Jane Jacobs and Jan Gehl about these spaces, contained in the books 'The Death and Life of Great American Cities' and 'Cities for people', respectively, are discussed, in addition to the study of two design references, in order to support the definition of guidelines, which guide the proposal and project of this monograph.

Keywords: Irregular occupation on slopes; Slum; Public space; Campos do Jordão - SP; Vila Santo Antônio.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Campos do Jordão no estado de SP e municípios que fazem limite.....	14
Figura 2 - Localização da Região Metropolitana do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira no estado de SP e de Campos do Jordão na Região Metropolitana.....	14
Figura 3 - Tela de Camargo Freire representando a Vila de São Matheus do Imbiri na formação de Campos do Jordão.....	15
Figura 4 - Fotografia da Vila Jaguaribe em 1936	16
Figura 5 - Fotografias dos Sanatórios São Cristóvão, Nossa Senhora das Mercês e São Paulo da esquerda para a direita.....	16
Figura 6 - Fotografia da Vila Abernêssia em 1934.....	17
Figura 7 - Fotografia da Vila Capivari em 1937.....	18
Figura 8 - Fotografia do Palácio da Boa Vista em Campos do Jordão.....	19
Figura 9 - Fotografia do Grande Hotel em Campos do Jordão.....	19
Figura 10 - Mapa de Campos do Jordão com destaque para o eixo central e as três vilas principais, Abernêssia, Jaguaribe e Capivari.....	20
Figura 11 - Vista de parte da Vila Santo Antônio, em Campos do Jordão – SP, atingida pelos escorregamentos de terra da tragédia de 2000.....	28
Figura 12 - Vista de parte do Britador, em Campos do Jordão – SP, atingida pelos escorregamentos de terra na tragédia de 2000.....	28
Figura 13: Localização da Vila Santo Antônio no município de Campos do Jordão - SP.....	30
Figura 14 - Vista aérea da Vila Santo Antônio, em Campos do Jordão - SP, com destaque para sua topografia.....	30
Figura 15 - Vista parcial da Vila Santo Antônio em Campos do Jordão - SP, a partir da Avenida Doutor Adhemar de Barros.....	31
Figura 16 - Vista parcial da cidade de Campos do Jordão - SP, a partir da Vila Santo Antônio.....	31
Figura 17 - Capela Santo Antônio da vila de mesmo nome em Campos do Jordão - SP.....	32
Figura 18 - Sede da SAVISA na Vila Santo Antônio em Campos do Jordão - SP.....	32
Figura 19 - Rua da Vila Santo Antônio em Campos do Jordão - SP.....	33
Figura 20 - Um dos ‘escadões’ da Vila Santo Antônio em Campos do Jordão - SP.....	33
Figura 21 - Terreno baldio, onde crianças brincam e moradores estacionam carros, Vila Santo Antônio em Campos do Jordão - SP.....	34
Figura 22 - Mapa de Setores de Risco de Escorregamento da Vila Santo Antônio, Campos do Jordão - SP.....	35
Figura 23 - Foto da paisagem urbana da Vila Santo Antônio em Campos do Jordão - SP.....	35
Figura 24 - Iniciativa de contenção com pneus em casa na Vila Santo Antônio em Campos do Jordão - SP.....	36
Figura 25 - Parque público cuidado pelos moradores da Vila Santo Antônio em Campos do Jordão - SP.....	36
Figura 26 - Vista aérea do aglomerado da Serra em Belo Horizonte, Minas Gerais.....	44

Figura 27 - Centro comunitário do projeto do Parque H3O no aglomerado da Serra em Belo Horizonte, Minas Gerais.....	45
Figura 28 - Muro de Atividades em praça do projeto do Parque H3O no aglomerado da Serra em Belo Horizonte, Minas Gerais.....	45
Figura 29 - Projeto do Beco São Vicente no aglomerado da Serra em Belo Horizonte, Minas Gerais.....	45
Figura 30 - Parte superior do volume cilíndrico do projeto do Beco São Vicente no aglomerado da Serra em Belo Horizonte, Minas Gerais.....	45
Figura 31 - Vista aérea de um dos projetos do programa Meu Campinho do governo do estado do Paraná.....	46
Figura 32 - Um dos projetos do programa Meu Campinho do governo do estado do Paraná.....	46
Figura 33 - Equipamentos como cancha, pergolado, bancos e floreiras em uma das unidades do programa Meu Campinho.....	46
Figura 34 - Parque de Cordas em uma das unidades do programa Meu Campinho em Maringá - PR.....	46
Figura 35 - Meu Campinho no Conjunto Habitacional Pioneiro José Pires de Oliveira, Maringá - PR: vista parcial (1).....	47
Figura 36 - Meu Campinho no Conjunto Habitacional Pioneiro José Pires de Oliveira, Maringá - PR: vista parcial (2).....	47
Figura 37 - Localização da Vila Santo Antônio no município e dos espaços públicos de lazer existentes nela.....	51
Figura 38 - Mapa síntese das propostas de conexão dos espaços públicos da Vila Santo Antônio, Campos do Jordão-SP.....	56 e 57
Figura 39 - Praça Azulão, foto da condição original do espaço.....	61
Figura 40 - Implantação e cortes gerais do projeto da Praça Azulão.....	62 e 63
Figura 41 - Ampliação, cortes esquemáticos e tabelas de especificações do projeto da Praça Azulão.....	64 e 65
Figura 42 - Praça Pavão, foto parcial da condição original do espaço, com destaque para a estrutura do prédio abandonado.....	67
Figura 43 - Praça Pavão, foto parcial da condição original do espaço, com destaque para a cerca e a trave improvisada.....	67
Figura 44 - Implantação e cortes gerais do projeto da Praça Pavão.....	68 e 69
Figura 45 - Ampliação, cortes esquemáticos e tabelas de especificações do projeto da Praça Pavão.....	70 e 71
Figura 46 - Mirante do Pinhão, foto da vista parcial que ele proporciona de Campos do Jordão - SP.....	72
Figura 47 - Implantação e cortes gerais do projeto do Mirante do Pinhão.....	74 e 75
Figura 48 - Ampliação, cortes esquemáticos e tabelas de especificações do projeto do Mirante do Pinhão.....	76 e 77

SUMÁRIO



INTRODUÇÃO	14
1. ORIGEM E FORMAÇÃO DA CIDADE DE CAMPOS DO JORDÃO	16
2. OCUPAÇÃO EM ENCOSTAS: O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	26
2.1 As primeiras ocupações em encostas no Brasil e o conceito de favela	27
2.2 Em Campos do Jordão, na Vila Santo Antônio	30
3. O ESPAÇO PÚBLICO E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS CIDADES	42
4. REFERÊNCIAS PROJETUAIS DE ESPAÇOS PÚBLICOS	46
4.1 Parque H30 e Beco São Vicente	47
4.2 Meu Campinho	50
5. DIRETRIZES PROJETUAIS	52
6. PROPOSTA PARA CONEXÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA VILA SANTO ANTÔNIO	56
7. PROJETO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER E PERMANÊNCIA DA VILA SANTO ANTÔNIO	62
7.1 Praça Azulão	65
7.2 Praça Pavão	70
7.3 Mirante do Pinhão	76
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
9. REFERÊNCIAS	84

INTRODUÇÃO

Esta monografia é concebida a partir de uma motivação pessoal da autora ao desenvolver, durante a graduação em Arquitetura e Urbanismo, um olhar mais atento e crítico a respeito das cidades, principalmente, sobre a qual residiu grande parte da sua vida, Campos do Jordão - SP. O contraste socioespacial evidente no município é promotor e produto das desiguais realidades que o compõem, a do cotidiano dos cidadãos e a do turismo. Isso desperta inquietação e norteia o desenvolvimento deste trabalho. De um lado, a dinâmica turística, pautada, essencialmente, em práticas elitistas e, do outro, a vivência cotidiana dos moradores da cidade, que se dá, em grande parte, nos assentamentos irregulares e precários implantados majoritariamente em encostas, consideradas áreas de risco ambiental.

Diante desse contexto e no âmbito da formação profissional da autora, aflora a vontade de propor intervenções que contribuam para a diminuição das desigualdades socioespaciais, visando minimizar as injustiças e caminhar em busca de um espaço urbano mais democrático, pautado no direito à cidade. Para isso, o foco é dirigido à Vila Santo Antônio, um dos assentamentos irregulares e precários, ou favela, de Campos do Jordão - SP, e seus espaços públicos, pretendendo promover a conexão entre estes por meio de proposta e projeto que os qualifiquem.

A escolha da vila se deu pela evidência dela como objeto de estudo em trabalhos científicos consultados, o que

auxiliou na fundamentação teórica em certa medida, ainda que estes não fossem diretamente relacionados ao tema desta monografia. Além disso, o fator positivo de possuir o contato com uma moradora do bairro, disposta a ajudar, foi decisivo, visto que contribuiu para o alcance de uma maior aproximação com a realidade local e de seus habitantes.

É preciso ressaltar que, além das próprias dificuldades de se projetar para espaços fora do padrão e das normas urbanísticas, o desenvolvimento desta monografia compreendeu outros desafios. No aspecto da fundamentação teórica, isto se deu, pois a produção científica com temática urbana e recorte espacial da cidade de Campos do Jordão - SP é escassa, na verdade, quase nula. E, no desenvolvimento da proposta projetual, houve adversidade dificuldade no acesso a dados e informações necessárias sobre o município para auxiliar na elaboração da mesma.

Sob esse prisma, o presente trabalho final de graduação apresenta, inicialmente, uma contextualização histórica da origem e formação do espaço urbano do município em questão. Por meio de revisão bibliográfica, compreende-se que os diversos aspectos ambientais, como clima e paisagem, por exemplo, sempre estiveram intimamente relacionados com a ocupação. Esta, se pautou, primeiro, no tratamento de doenças pulmonares e, posteriormente, no turismo. Em seguida, o contexto do surgimento de assentamentos em encostas no Brasil é exposto juntamente à

discussão do conceito do termo favela. Na conjuntura da reforma urbana de Pereira Passos, as encostas da cidade do Rio de Janeiro começaram a ser ocupadas, conformando os primeiros aglomerados irregulares. Ademais, com base nas ideias propostas pelo Observatório de Favelas, apreende-se a crise de representação inerente ao entendimento do que realmente são as favelas, compreendendo-as adequadamente como complexas e diversas.

Além disso, se discute a definição de espaço público em suas dimensões descritiva, política, social e jurídica, reiterando sua relação direta e imprescindível com as cidades. Um panorama da situação de crise e, até mesmo, 'morte' desses espaços é apresentado com base nas ideias de Jane Jacobs (2001). As sugestões do dinamarquês Jan Gehl (2013) para ações de intervenção sobre esses espaços, considerando, primordialmente, a escala humana, também integram a monografia. São analisadas duas referências projetuais para espaços públicos que, considerando as relações de semelhança e diferença de escala, contexto urbano, alcance, entre outras, embasam, juntamente com todo a fundamentação teórica, as diretrizes projetuais que nortearam a intervenção urbana desenvolvida neste trabalho.

Por fim, apresenta-se a proposta e o projeto elaborados para os espaços livres e públicos da Vila Santo Antônio, em Campos do Jordão - SP. Estes pretendem gerar conexão entre eles e qualificá-los, possibilitando e dando suporte

aos moradores para se apropriarem dos mesmos e assegurando a potencialidade inerente aos espaços públicos de permitir o convívio e a troca entre os diferentes cidadãos.

1. ORIGEM E FORMAÇÃO DA CIDADE DE CAMPOS DO JORDÃO

O município de Campos do Jordão está situado a leste do estado de São Paulo na Serra da Mantiqueira, integrando a Região Metropolitana do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira e seu espaço urbano compreende o objeto de estudo do presente trabalho. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021), Campos do Jordão conta com 52.713 habitantes e uma área territorial de 289,981 km² e seus limites territoriais fazem fronteira tanto com os municípios do estado de São Paulo, quanto de Minas Gerais, conforme apresentam as Figuras 1 e 2.

A principal referência sobre a origem e formação de Campos do Jordão se trata de registros do memorialista Pedro Paulo Filho que, apesar do caráter não científico, é a bibliografia que

fundamenta o conhecimento da história do município nos trabalhos de pesquisa realizados recentemente.

Os primeiros indícios de exploração das terras onde atualmente se encontra o município de Campos do Jordão, de acordo com Paulo Filho (2003, p.6), se consolidam por meio de expedições sertanistas “realizadas a fim de encontrar as minas auríferas, [...] Gaspar Vaz da Cunha, rompeu ‘as matas virgens da Serra da Mantiqueira’” na primeira metade dos anos 1700.

Os séculos XVIII e XIX foram marcados pela ocupação dessas terras por meio da compra e venda de propriedades, constituídas por porções desse território. Em 29 de abril de 1874, Mathheus da Costa Pinto adquiriu parte das terras de Brigadeiro Jordão e em sua propriedade construiu uma vendinha,

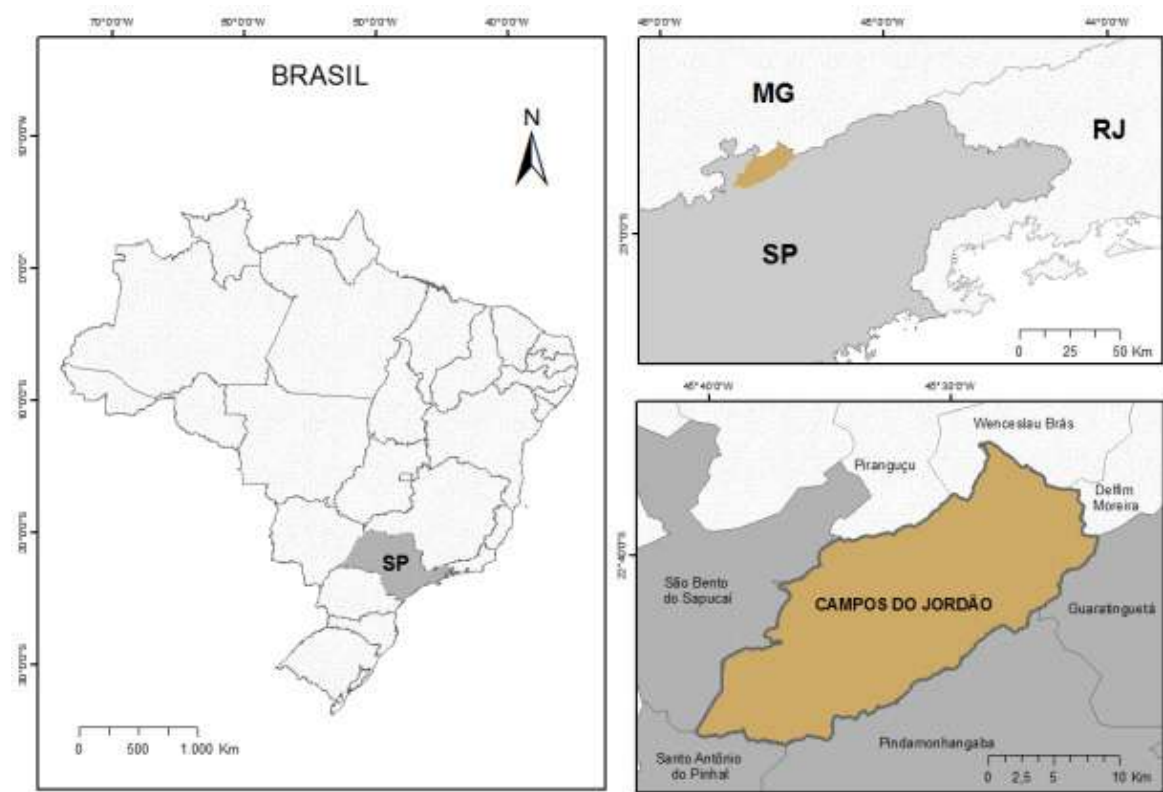


Figura 1: Localização de Campos do Jordão no estado de SP e municípios que fazem limite
Fonte: Abitante (2016, p. 57).

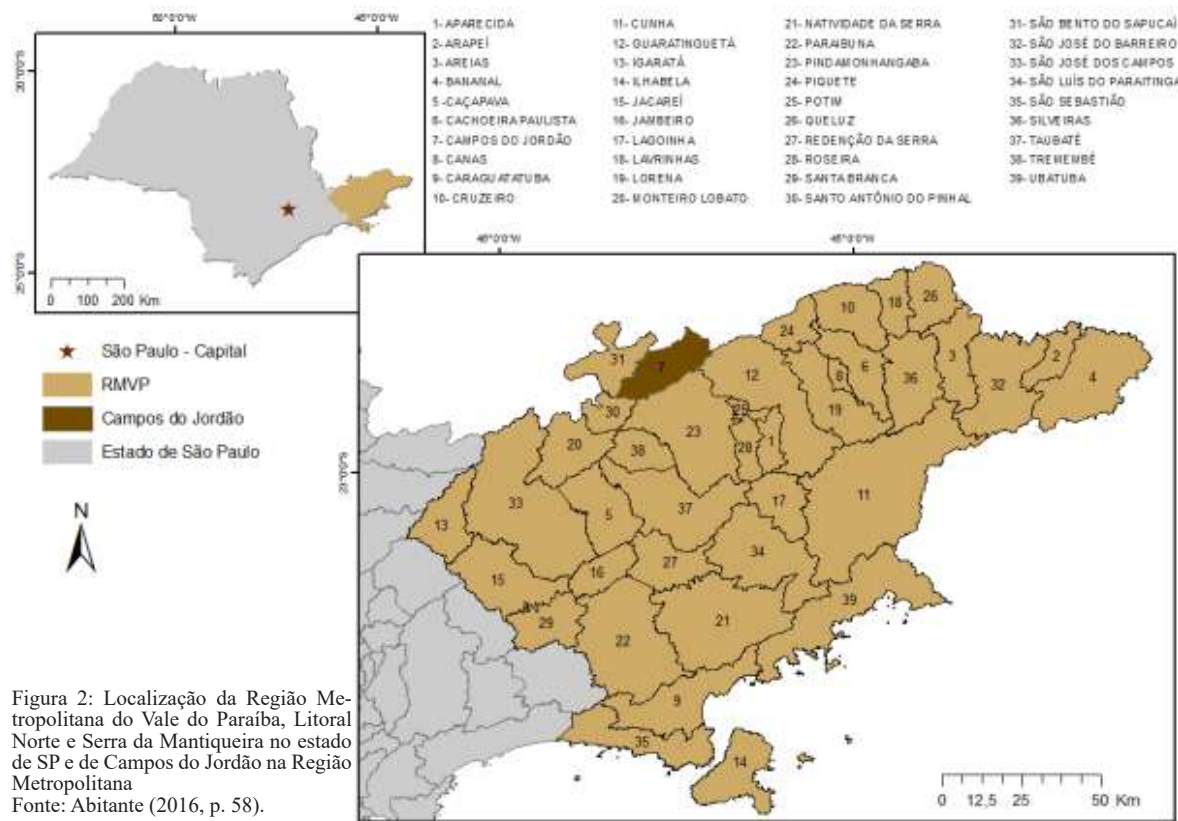


Figura 2: Localização da Região Metropolitana do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira no estado de SP e de Campos do Jordão na Região Metropolitana
Fonte: Abitante (2016, p. 58).

montou uma pensão para os ‘respirantes’ (como se chamavam as pessoas enfermas do pulmão), um pouso para os forasteiros que demandavam o lugar, levantou uma capela em honra de São Matheus, edificou uma escola e contratou um professor para alfabetização de adultos. (PAULO FILHO, 2003, p.12).

Formou-se assim o primeiro povoado da região (Figura 3), chamado de “Vila de São Matheus do Imbiri” (ABITANTE, 2016, p. 60). A data foi fixada, posteriormente, pelas autoridades municipais como marco da fundação de Campos do Jordão e Matheus da Costa Pinto como fundador, devido “ao seu espírito solidário de integração social, o qual extrapolou os seus próprios interesses patrimoniais, fundando um povoado e dotando-o de melhoramentos fundamentais para a época” (PAULO FILHO, 2003, p. 14).

Domingos José Nogueira Jaguaribe, em 1891, adquiriu uma outra porção de terras, formando, inicialmente, o povoado de Vila Velha, que foi dotado de primeiras infraestruturas, se desenvolveu e se tornou, a posteriori, a Vila Jaguaribe (Figura 4). Essa vila se destaca na cidade até os dias de hoje, pelo seu caráter central, como será explicado adiante. A natureza exuberante e o clima ameno do território começaram a ser divulgados e, considerado esses aspectos como terapêuticos e favoráveis à cura de doenças respiratórias na época, foi impulsionado o tratamento de tuberculose na cidade (ABITANTE, 2016; PAULO FILHO, 2003).

No início do século XX, o governo do Estado de São Paulo realizou uma campanha social de combate à tuberculose, formando, em 1903, a Liga Paulista Contra a Tuberculose, composta por

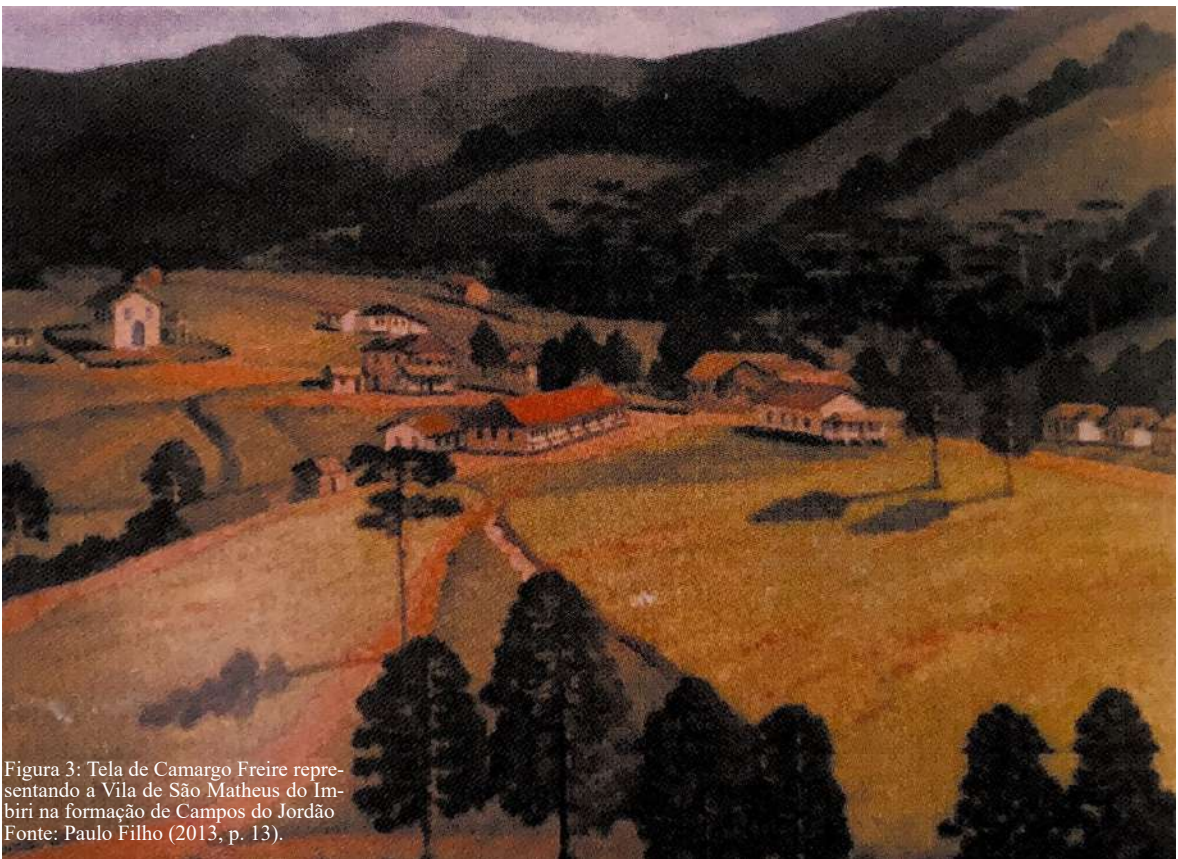


Figura 3: Tela de Camargo Freire representando a Vila de São Matheus do Imbiri na formação de Campos do Jordão
Fonte: Paulo Filho (2013, p. 13).



Figura 4: Fotografia da Vila Jaguaripe em 1936
Fonte: Paulo Filho (2013, p. 14).

higienistas, sanitaristas e médicos, que começaram a desenvolver projetos para construção de sanatórios (Figura 5) em Campos do Jordão (FERNANDES, M. et al, 2021). De acordo com Paulo Filho (2003, p. 18), em 1911, “consequiram do governo do Estado uma concessão para a construção de uma estrada de ferro, ligando Pindamonhangaba a Campos do

Jordão, onde pretendiam criar uma Vila Sanitária para o tratamento de todas as doenças”.

Definida como ‘cidade-sanatório’, Campos do Jordão se desenvolveu e, em 1919, oficializou-se a então nova vila, Vila Abernóssia (Figura 6), também com caráter central e de destaque até a atualidade. Junto à fundação desta vila,

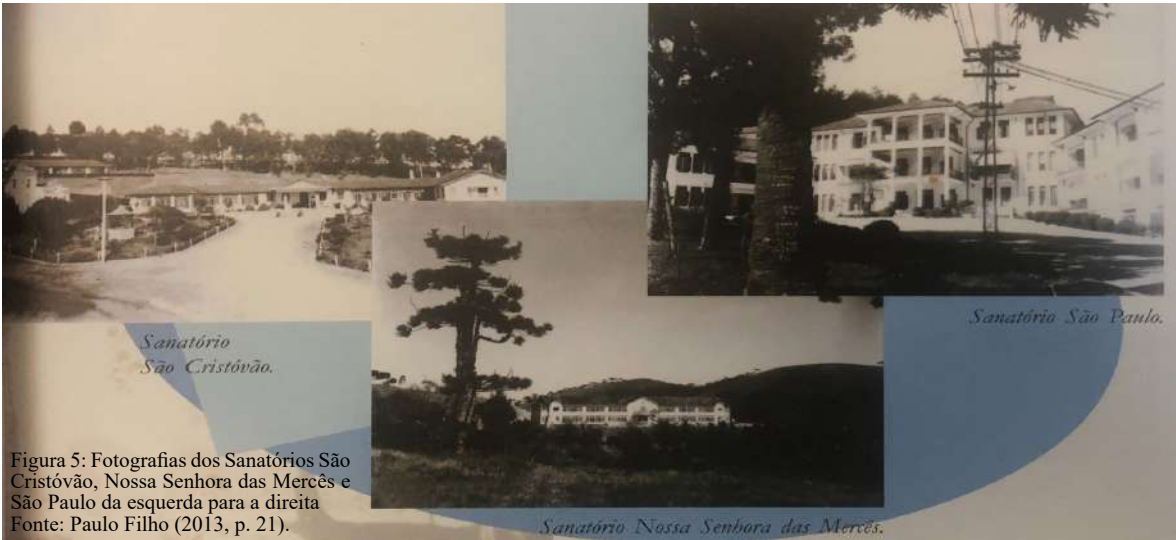


Figura 5: Fotografias dos Sanatórios São Cristóvão, Nossa Senhora das Mercês e São Paulo da esquerda para a direita
Fonte: Paulo Filho (2013, p. 21).



Figura 6: Fotografia da Vila Abernóssia em 1934
Fonte: Paulo Filho (2013, p. 16).

foi inaugurada a estação ferroviária da Estrada de Ferro Campos do Jordão (EFCJ). A ferrovia era o principal meio de acesso à cidade na época, principalmente, para enfermos em busca de tratamento, além dela, já havia também a SP-50, Rodovia Monteiro Lobato (ABITANTE, 2016; PAULO FILHO, 2003).

Outro nome que compõem a história de formação da cidade de Campos do Jordão é José Carlos de Macedo Soares que, ao adquirir terras na região, fundou a empresa Companhia de Melhoramentos de Campos do Jordão, responsável pela construção da Vila Capivari (Figura 7). Segundo Paulo Filho (2003, p. 20), “cidadãos de alta posição social, econômica e cultural, foram construindo belíssimas mansões, que tornaram a Vila Capivari o cartão de visitas de Campos do Jordão, com um comércio de alta sofisticação”.

Em 1926, Campos do Jordão se tornou Estância Climática e Hidromine-

ral pela Lei estadual nº 2.140 e também Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão. Na mesma lei, havia um código que orientava a construção de sanatórios e pensões e que também intensificava a ação da vigilância sanitária, afirmando a necessidade de “controlar o uso dos espaços da cidade” (FERNANDES, M. et al, 2021, p.398-399), demonstrando que as características naturais ambientais e o potencial para tratamento da tuberculose foram importantes indutores do desenvolvimento urbano. Concomitantemente,

com a promessa de cura pelos ares frios, mesmo os enfermos que não possuíam condições financeiras de pagar pelo tratamento, eram atraídos para a cidade, o que proliferou as construções precárias e pensões clandestinas, gerando um estado sanitário caótico. Destaca-se o início da ocupação pela população que compôs as construções irregulares nos locais poucos valorizados, como os morros. (BERTOLLI FILHO, 2001, apud ABITANTE, 2016, p. 63).



Figura 7: Fotografia da Vila Capivari em 1937
Fonte: Paulo Filho (2013, p. 19).

O município de Campos do Jordão alcançou sua autonomia político-administrativa em junho de 1934, desmembrando-se de São Bento do Sapucaí. Devido à expansão da ocupação urbana, o governo estadual organizou uma comissão de profissionais, principalmente, médicos e urbanistas, para estudar a urbanização de Campos do Jordão. Essa comissão criou o Plano de Urbanização de Campos do Jordão, estabelecido por meio do projeto de lei nº 193, que versava, de modo geral, sobre diretrizes relacionadas às características topográficas do território, culminando na proposição de um crescimento predominantemente linear, com limitação transversal (ABITANTE, 2016).

O primeiro zoneamento da estância foi estabelecido pelo decreto nº 11.781 de 1940, que determinava a se-

ção da cidade em duas partes, uma sanatorial, que compreendeu a Vila Abernêssia, e outra turística, composta pelas Vilas Jaguaribe e Capivari (ABITANTE, 2016; FERNANDES, M. et al, 2021). No que diz respeito aos espaços habitacionais, esse documento previu restrições somente para aqueles destinados aos enfermos, considerando “impróprias para a instalação de pensões e casas de habitação coletiva de doentes portadores de tuberculose, as vilas Capivari e Jaguaribe”. Dessa forma, o decreto restringiu a moradia de tísicos apenas na Vila Abernêssia.

Na segunda metade da década de 1940, a cura da tuberculose por climatoterapia perdeu o significado científico e, com isso, a função sanatorial da cidade foi sendo sobreposta pelo turismo, impulsionado pelo governo do es-



Figura 8: Fotografia do Palácio da Boa Vista em Campos do Jordão
Fonte: Paulo Filho (2013, p. 22).



Figura 9: Fotografia do Grande Hotel em Campos do Jordão
Fonte: Paulo Filho (2013, p. 30).

estado de SP, por meio de obras como o Palácio da Boa Vista (Figura 8), residência de inverno do governador, o Parque Estadual de Campos do Jordão (PECJ) e hotéis de alto padrão, como o Grande Hotel (Figura 9).

O desenvolvimento e expansão da atividade turística caracterizaram seu planejamento urbano nas décadas seguintes. Em 1950 e 60, foram promovidas “ações de embelezamento da cidade, benfeitorias em vias de acesso internas e construções influenciadas pela arquitetura europeia”, com a finalidade de “reforçar o caráter turístico, cultural e elitista da cidade” (ABITANTE, 2016, p. 66-67). Em 1970, a cidade foi objeto de estudos urbanísticos e se tornou Estância Turística em 1978, quando também foi criada outra via para facilitar o acesso, a SP-123, Rodovia Floriano Rodrigues Pinheiro.

Já no século XXI, em 2003, foi aprovado o Plano Diretor Estratégico de Campos do Jordão, por meio da promulgação da lei nº 2.737; em 2007, o zoneamento do uso e ocupação do solo, por meio da lei nº 3.049, que enfatizava a vocação turística do município; em 2013, foi organizado um grupo técnico que tinha o intuito de revisar o Plano e “discutir propostas de alterações e enquadramento do Plano Diretor ao Estatuto da Cidade” (ABITANTE, 2016), po-

rém, a atualização desse só aconteceu em 2016, com a lei nº 3.820.

Isto posto, é possível compreender que a história da cidade de Campos do Jordão está relacionada diretamente a elementos ambientais, tanto pelo proveito do clima para o tratamento de doenças pulmonares, quanto pelo usufruto da paisagem natural, como propulsora do turismo. Ambos aspectos impulsionaram o desenvolvimento da malha urbana e o seu crescimento “seja através de sua população permanente, seja pela demanda gerada pela população flutuante, consolidou algumas das características de seus padrões de ocupação” (ROSA FILHO, 2006, p. 44-45).

A partir da condicionante topográfica da bacia do rio Capivari, que caracterizava melhores condições de assentamento para a zona urbana, de acordo com Rosa Filho (2006, p. 60),

a estrutura urbana de Campos do Jordão desenvolveu-se a partir de três vilas distintas [Abernêssia, Jaguaribe e Capivari], situação bastante peculiar, se confrontada com a existente na maioria das cidades, cujo crescimento é radial, a partir de um centro único. Tal fato determinou uma característica especial e marcante para a formação do espaço urbano: três centros distintos e ainda evidentes, apesar da tendência de ocupação dos vazios urbanos entre eles.

A mesma condicionante direcio-

nou o traçado urbano estabelecido a partir de um eixo linear principal que conecta diretamente as três vilas (Figura 10). Posteriormente, o traçado da estrada de ferro acentuou a característica linear do eixo de crescimento urbano de Campos do Jordão.

Para além do eixo principal, a malha urbana se expandiu para áreas adjacentes e com declividades altas, logo, o

crescimento do núcleo urbano “num plano inadequado para a implantação de urbanizações extensas, resultou em [...] problemas ambientais gerados por desmatamentos e por movimentos de terra, que se traduzem em erosão e escorregamentos, assoreamento dos rios e fundos de vale, além da descaracterização da paisagem” (ROSA FILHO, 2006, p. 43-45).

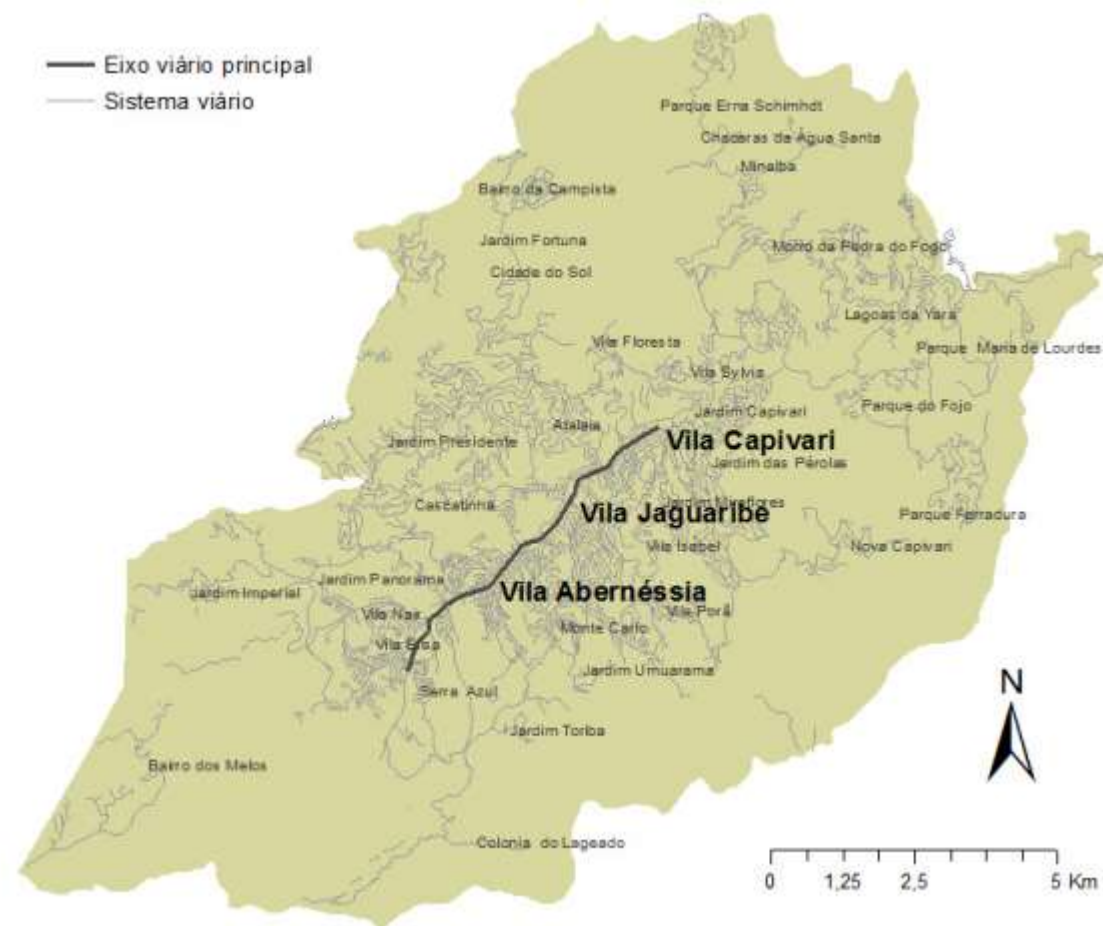


Figura 10: Mapa de Campos do Jordão com destaque para o eixo central e as três vilas principais, Abernêssia, Jaguaripe e Capivari
Fonte: Abitante (2016, p.73).

2.

OCUPAÇÃO EM ENCOSTAS: O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A malha urbana de Campos do Jordão, que se concentrava, inicialmente, no eixo principal do território, o qual consistia nas áreas mais planas, se expandiu e se direcionou para além desse eixo, atingindo áreas com declividades acentuadas e marcadas, em parte, por ocupações irregulares e precárias. Considerando “que a associação dos termos morro e favela é forte, pois a maior parte destes assentamentos surgiu inicialmente em morros” (FARAH, 2003, p. 29-30), apresenta-se, na sequência, o contexto do surgimento e ocupação de encostas, primeiramente, no Brasil e, posteriormente, no município e na vila que caracterizam o recorte espacial deste trabalho. Além disso, se associa esse panorama à conceituação do termo ‘favela’.

2.1 As primeiras ocupações em encostas no Brasil e o conceito de favela

As favelas não existiram sempre, sua origem está diretamente relacionada com a atuação do poder público do Rio de Janeiro, na passagem do século XIX para o XX, especialmente no contexto da reforma urbana de Pereira Passos de 1902 a 1906 (FARAH, 2003). A reforma urbana carioca apresentava como principal objetivo, sanar as epidemias e atenuar problemas sanitários diretamente relacionados com as habitações precárias e insalubres da população de baixa renda, presentes no centro da cidade. Para isso, executou-se a política conhecida como “Bota-abaixo”, que consistia na demolição das moradias populares localizadas nas áreas de intervenção da reforma, os cortiços. Mas a real inten-

ção dessa ação era efetivar a política de embelezamento e desenvolvimento do centro da cidade, com projetos de ampliação de avenidas, normatização das construções e buscando estabelecer a homogeneização dos bairros centrais.

O destino da população expulsa dos cortiços no centro da cidade, devido à reforma, se deu, porque, além de ser afetada diretamente pela atuação do poder público, este não forneceu qualquer solução habitacional eficiente que garantisse moradia para essas pessoas, assim como explica o excerto:

Diferentemente do que ocorria na Europa, a nova mentalidade urbanística, no Brasil, não era devidamente acompanhada por uma política clara de produção de habitações de interesse social, o que abria uma grande lacuna, ao longo dos anos, para o surgimento de “soluções espontâneas”. Ainda que o Estado esboçasse periodicamente ações no sentido de resolver o problema habitacional, suas iniciativas, nesse sentido, sempre estiveram num patamar bastante aquém das reais necessidades. (FARAH, 2003, p. 30).

Diante desse cenário, os moradores desalojados se viram obrigados a procurar novos lugares para viver. Destinaram-se às periferias, distantes e precárias, ou permaneceram no centro, mas ocupando espaços que não eram de interesse do mercado imobiliário, como por exemplo, os morros e encostas, espaços nos quais surgem as favelas. Dessa forma, percebe-se uma contradição no que diz respeito aos objetivos preestabelecidos da reforma urbana de Pereira Passos. Isto, porque, ainda que a ‘modernização’ do centro tenha sido efetivada, todo o processo impulsionou o surgimento e o crescimento das favelas, opondo-se à ideia de homogeneização dos bairros centrais e escancarando o verdadeiro interesse da

reforma por trás do discurso de higienização¹.

Até metade da década de 1930, a presença das favelas na paisagem urbana era pouco expressiva, ganhando evidência a partir da década de 1940, devido ao incremento populacional proporcionado pela migração campo-cidade (êxodo rural). E também, a partir da década de 1960, pelos intensos fluxos migratórios vindos do Nordeste para o Centro-Sul. Além disso, a acentuação da especulação imobiliária e o quadro econômico inflacionário da época influenciaram no crescimento das favelas (FARAH, 2003).

Ao passo que os assentamentos precários em morros do centro do Rio de Janeiro aumentavam sua presença na paisagem urbana, o termo ‘favela’ foi sendo incorporado ao vocabulário carioca e, posteriormente, se extrapolaria “esta denominação a todo assentamento precário e improvisado que, no Rio de Janeiro e, posteriormente, no Brasil se instalasse” (FARAH, 2003, p. 29). Além dessa generalização pressuposta ao emprego da expressão ‘favela’, sabe-se que a sua representação comumente difundida baseia-se em duas ideias, a de ausência e a de homogeneização. A primeira, define favela “pelo que não seria ou pelo que não teria”, ou seja, como sendo um espaço que não possui infraestrutura urbana de água, esgoto, energia, coleta de lixo, arruamento adequado, sem ordem, sem regras, entre outras. E a segunda, resume as favelas a uma visão limitada de seus territórios, desconsiderando que suas paisagens apresentam características diversificadas em aspectos como, o sítio geográfico, a quantidade de moradores, possuindo diferentes equipamentos e mobiliários urbanos, sendo composta

¹ Processos semelhantes ocorreram em Salvador, Recife e Porto Alegre (MARINS, 1998).

por distintas tipologias habitacionais, marcadas por diferentes níveis de violência e de atuação do Estado, além das diversas características socioambientais (SILVA, 2009).

Logo, entende-se que a concepção que se tem acerca das favelas é pautada por pressupostos equivocados, baseados, por sua vez, em estereótipos. Consequentemente, esse fato “limita a apreensão sobre a realidade social, econômica, política e cultural [das favelas] em sua totalidade e complexidade” (SILVA, 2009, p. 21). Além de restringir, no que concerne às intervenções em favelas, muitas vezes, a ações que são mais vistas como formas de prevenção da violência do que direitos de exercício da cidadania, constituindo, portanto, iniciativas fragmentárias, com investimentos precários e ambiência econômica frágil (SILVA, 2009).

A exemplo da representação, limitada e baseada em pressupostos equivocados, das favelas, considera-se o termo “aglomerados subnormais” estabelecido pelo IBGE para caracterizar favelas e espaços semelhantes como:

Uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação (IBGE, 2023).

Conforme afirma Jailson de Souza e Silva (2011), coordenador do Observatório de Favelas, contraditoriamente, pode-se dizer que essa concepção sobre as favelas, principalmente pautada pelo aspecto da ausência, ainda que seja pejorativa, influenciou na organização popular para reivindicar e ter acesso às infraestruturas urbanas e serviços, como saneamento básico, energia,

asfaltamento, iluminação, construção de escolas, creches e postos de saúde nesses espaços. Porém, mantém a problemática de que os modos de apropriação e uso do espaço urbano intrínsecos a essas formas de assentamentos não são reconhecidos como um direito social (SILVA, 2009).

Ademais, outro desafio na compreensão do que é favela, consiste na dificuldade de estabelecer parâmetros que abranjam e orientem uma definição mais precisa, na qual considere a diversidade das formas e das dinâmicas sociais, econômicas e culturais inerentes a esses assentamentos da cidade. De acordo com Silva (2009, p. 17), “os espaços populares são formados por diversas redes sociais, nas quais se fazem presentes diversas práticas e representações”, e é imprescindível que esse fato seja abarcado na definição de favela.

Isto posto, revela-se uma contradição na apreensão do fenômeno, que acaba por gerar uma crise de representação acerca da correspondência entre o que de fato é esse fenômeno e sua concepção. O entendimento que se tem a respeito do objeto, baseado em uma imagem hegemônica e estereotipada, não traduz os elementos materiais que o compõem efetivamente. O processo de apreensão dos territórios de moradia, bem como dos sujeitos sociais que os ocupam, conforma-se por “pré-conceitos e juízos generalizantes” que não possuem nenhuma relação direta com o fenômeno em si. Por esse motivo, se faz necessário direcionar esforços na tentativa de estabelecer a correspondência entre o objeto e sua representação, principalmente, no âmbito conceitual. Este fato é o que motiva o Observatório de Favelas - uma organização da sociedade civil de interesse público, criada em

2001, com sede na favela da Maré, no Rio de Janeiro - na busca por se pensar a questão da favela de modo amplo, crítico, inovador e de forma legítima (SILVA, 2009).

Logo, entende-se por favelas, conjuntos singulares de moradia, que estão integrados e fazem parte do tecido urbano, mas que se configuram fora do padrão dominante de uso e ocupação dos solos nas cidades. Esse padrão consiste em modelos impostos pelo mercado e pelo Estado e que estão diretamente vinculados a certas classes e grupos sociais hegemônicos. A ideia que se tem de “um ambiente saudável, agradável e adequado às funções que uma cidade deve exercer no âmbito do modelo civilizatório em curso”, bem como as normas que regulam a vida social, são estabelecidas por essas classes e grupos sociais, e, conseqüentemente, relegam as favelas “ao lugar da ilegalidade e da desconformidade”, devido aos seus aspectos morfológicos e sociais (SILVA, 2009, p. 21-22).

Afirma-se, então, que a definição de favela deve reconhecê-la “em sua especificidade sócio-territorial” e deve servir “de referência para a elaboração de políticas públicas apropriadas a estes territórios”, ao invés de se pausar em aspectos que esse espaço não possui, sobretudo, se comparados aos referentes ao modelo hegemônico de cidade. Para mais, a definição também deve legitimar a ideia de que esses assentamentos são lugares “onde grupos que se aproximam por valores, práticas, vivências, memórias e posição social”, podem construir “sua identidade como força de realização de suas vidas”. Fica estabelecido, a partir da concretude da morfologia e das dinâmicas sociais das favelas, as referências necessárias para compreender o que é “uma morada dig-

na, dotada das condições necessárias para o bem-estar e o bem-viver” (SILVA, 2009, p. 22).

2.2 Em Campos do Jordão, na Vila Santo Antônio

A partir da apresentação do histórico de ocupações em encostas no Brasil e do conceito de favela, se direciona a análise ao recorte espacial desta monografia.

O município de Campos do Jordão - SP apresenta um relevo bastante acidentado e, por isso, há encostas em certos espaços urbanos, que atingem declividades acima do limite regularizado para ocupação, a partir do qual considera-se o risco de deslizamento de terra. De acordo com Rosa Filho (2006), um levantamento técnico do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) do estado de São Paulo mostra que Campos do Jordão possui predominantemente áreas de risco de desabamento classificadas em alto e muito alto. Essas áreas são identificadas nos seguintes bairros: Morro do Britador, Vila Albertina, Santo Antônio, Vila Nadir, Vila Sodipe e Paulista Popular (ROSA FILHO, 2006).

Moraes e Foresti (2000) demonstram que a maior parte do território jordanense apresenta restrições severas ou máximas à ocupação urbana, ou seja, é menor a porcentagem de área do município que é considerada apta a ser ocupada, conforme detalhado em seguida:

As áreas com restrição mínima localizam-se às margens dos rios principais e compreendem 2,06 km² ou apenas 11% da área total, o que vale dizer que a área de estudo [cidade de Campos do Jordão] é carente de áreas mais favoráveis à ocupação urbana, constituindo-se na sua maioria de áreas frágeis e com restrições específicas ao uso urbano. [...] As áreas com restrição

moderada compreendem 3,12 km² ou 16% da área e ocupam, na sua maioria, a região de vale. Estas áreas, pela sua localização, configuração topográfica e potencial geotécnico, detêm grande parte da mancha urbana contínua. [...] As áreas com restrição severa representam 26% da área estudada ou 4,73 km² e são bastante problemáticas à ocupação urbana, principalmente por apresentarem declives acima de 17 graus; assim, requerem a utilização de técnicas específicas para uma ocupação adequada. [...] As áreas com restrição máxima correspondem a 9,28 km² ou 47% da área total e distribuem-se por toda a extensão da área de estudo, visto que a mesma possui uma grande quantidade de áreas declivosas, corpos d'água e remanescente de vegetação nativa. Assim estas áreas, além de impróprias para a ocupação urbana, também estão protegidas pela legislação de proteção ambiental e deveriam ser preservadas. (MORAES, M. E. B.; FORESTI, C., 2000, p. 79-80, grifo nosso).

À vista disso, é possível inferir que a análise dos aspectos topográficos e ambientais de Campos do Jordão é essencial para compreender o processo de formação de seu espaço urbano, justamente por serem características inerentes ao território estudado. Esses aspectos condicionam a ocupação e o assentamento de seus moradores desde a sua origem. A condicionante topográfica e ambiental, somada ao fato do princípio da ocupação urbana se dar a partir de 3 centros, e não de apenas um, como tradicionalmente acontece, configura essa urbanização como atípica, se fazendo necessário uma investigação mais profunda de sua consolidação.

Segundo Oliveira (1991 apud ROSA FILHO, 2006), as favelas que ocupam parte das encostas de Campos do Jordão - SP começaram a surgir na década de 1940, mas foi a partir dos anos 70, que o processo se intensificou sobre as áreas verdes dos morros. O mesmo autor afirma ainda que “o povoamento das favelas em Campos do

Jordão estava associado aos migrantes em busca de trabalho, mas a partir dos anos 80, o crescimento passou a estar relacionado mais diretamente com as demandas requeridas pela economia”. Cita-se os bairros Vila Albertina, Morro das Andorinhas, Britador, Vila Santo Antônio e Vila Maria, como sendo alguns dos ocupados na época e que foram considerados como algumas das vilas operárias da cidade.

Ao longo de toda a ocupação e formação dos assentamentos em encostas e até os dias de hoje, a parcela da população que habita esses espaços, ainda mais sob condições precárias de infraestruturas urbanas e moradia, estão submetidas ao risco de catástrofes ambientais, como o deslizamento de terra e consequentes desabamento de edificações e/ou soterramento. Mais uma vez, de acordo com o IPT (2002 apud, ROSA FILHO, 2006), a tragédia de escorregamentos de terras que aconteceu em Campos do Jordão no início dos anos 2000 é considerada de evidente impacto dentre as catástrofes que já ocorreram em áreas urbanas no Brasil. Além de totalizar centenas de deslizamentos e atingir áreas para além do espaço urbano, como taludes em rodovias e estradas da região, os eventos mais graves atingiram as chamadas ‘vilas operárias’, como se vê nas figuras 11 e 12.

Diante do exposto, surgem questionamentos a respeito da atuação do poder público em relação à ocupação das encostas em Campos do Jordão e sua relação direta com o risco de tragédias ambientais. Partindo da afirmação de Moraes e Foresti (2000, p. 82) sobre a “importância dos aspectos legais e ambientais para a proposição de diretrizes que compatibilizem o uso do solo às suas características específicas”, vale destacar o Plano Diretor e o Plano



Figura 11: Vista de parte da Vila Santo Antônio, em Campos do Jordão – SP, atingida pelos escorregamentos de terra da tragédia de 2000
Fonte: Silva (2000 apud ROSA FILHO, 2006).



Figura 12: Vista de parte do Britador, em Campos do Jordão – SP, atingida pelos escorregamentos de terra na tragédia de 2000
Fonte: Silva (2000 apud ROSA FILHO, 2006).

Municipal de Redução de Risco. O primeiro é simplista e insipiente no que diz respeito à ocupação em encostas, visto que no parágrafo primeiro do artigo 24, na seção destinada especificamente a definição de “Macrozonas com Restrições à urbanização”, não são mencionadas as encostas, como áreas de risco. Além disso, é somente nos incisos VII do artigo 28, II e V do artigo 29, que são apresentadas diretrizes para esses assentamentos, tratando de limitações e critérios para o uso e ocupação do solo em área de preservação, estabelecendo o congelamento dos núcleos de moradias irregulares em áreas de risco e propondo ações para áreas de especial interesse social, mas que não são executadas. Já o segundo, apresenta um estudo minucioso e completo a respeito da identificação e análise das áreas de risco, bem como de estratégias para prevenção de tragédias.

O conteúdo desse documento consistiria em um importante arcabouço para efetivação de políticas públicas nesse âmbito, não fosse o fato de ser

apenas uma ‘carta de boas intenções’, já que, na prática, pouco se fez e se faz para mitigar as problemáticas inerentes às ocupações irregulares em encostas.

Um rápido levantamento de notícias a respeito de eventos extremos na cidade e conversas com moradores de um dos bairros operários mais atingidos pela tragédia de 2000, a Vila Santo Antônio, foram as estratégias empregadas para melhor compreender o quadro acima descrito, dentro dos limites deste TFG e da ausência de trabalhos de pesquisa voltados ao tema, como já comentado.

Uma série de notícias de jornais locais e da região apresenta casos de alagamentos, deslizamentos e soterramentos em vilas instaladas em morros de Campos do Jordão². Frente a este cenário, percebe-se também, por meio dos textos jornalísticos e das conversas, o empenho e atuação da Defesa Civil municipal em amenizar o risco de catástrofes por meio, principalmente, de monitoramento. Entende-se que essa atuação é efetiva em atenuar os riscos,

porém, devido a sua dinâmica de ação e ausência de políticas públicas habitacionais, predomina a naturalização da ocupação irregular das áreas de risco, bem como, de suas consequências.

Ademais, a ausência e carência de uma política pública habitacional efetiva para a cidade, principalmente, para moradores das ocupações em encostas, se evidencia por meio da história, da origem e ocupação de Campos do Jordão, até os dias atuais. De acordo com o exposto anteriormente na seção 1, a respeito do histórico da sua formação urbana, nota-se a ausência dos espaços habitacionais planejados para os trabalhadores, visto que os interesses hegemônicos nessa dinâmica, inicialmente, o sanatorial e, posteriormente, o turístico, foram sempre excludentes. Isto é evidenciado pelo fato de que o primeiro zoneamento da cidade dividiu-a em duas partes, a dos sanatórios e a do turismo, consequentemente, restava, para as moradias populares, os espaços para além dos considerados pelo planejamento urbano.

Tal exclusão vem se reproduzindo, tanto no curto, quanto no médio/longo prazo, tanto no contexto imediato às tragédias, quanto com o passar do tempo. Em conversas com moradores, soube-se que, principalmente na tragédia de 2000, que atingiu o Britador e a Vila Santo Antônio (figuras 11 e 12), as pessoas diretamente afetadas foram encaminhadas para casas de parentes, instituições públicas, como a escola do bairro, e instituições religiosas, como igrejas e mosteiros, evidenciando ausência de uma ação do poder público que garantisse suporte e apoio a essa parcela da população.

Essa insuficiência é ainda mais evidente quando se considera a presença de apenas dois conjuntos habi-

tacionais provenientes de iniciativas do poder público na cidade de Campos do Jordão. Há somente dois conjuntos de prédios residenciais executados pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), construídos para abrigar os moradores que tiveram suas casas diretamente afetadas pela marcante tragédia de 2000 e que, inicialmente, tinham sido direcionados para um abrigo coletivo temporário.

Entretanto, não há qualquer outra materialização de política pública habitacional que efetive o que consta, por exemplo, nos incisos III e IV do artigo 9º do Plano Diretor municipal, afirmando que constituem objetivos estratégicos, respectivamente, “criar áreas especiais de interesse social (AEIS), destinadas a habitação popular” e “urbanizar ocupações irregulares”, como também, “solucionar a situação das moradias em área de risco”.

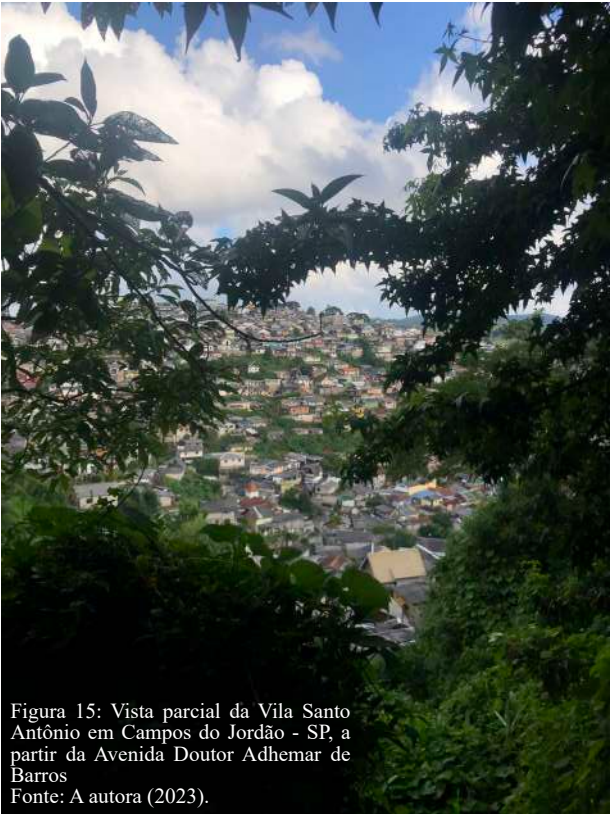
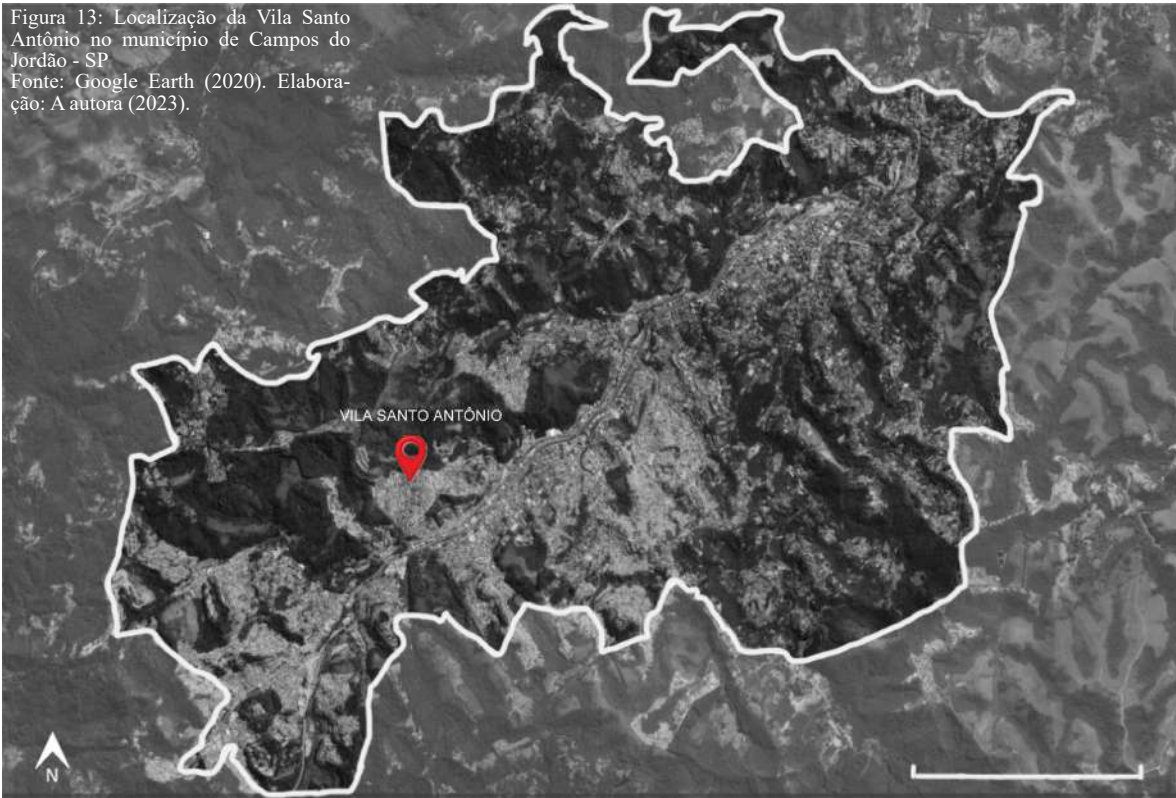
Portanto, apreende-se que, desde a origem da cidade, a iniciativa pública não reservou e nem planejou um espaço para moradia dos trabalhadores, ainda que estes sejam fundamentais para a cidade, principalmente, no âmbito econômico, devido à oferta de sua mão de obra e serviço. Dessa forma, caracteriza-se uma dinâmica de invisibilidade e encobrimento da pobreza que permeia o processo de formação e ocupação do espaço urbano de Campos do Jordão. Essa mesma dinâmica pode ser percebida, sob outro prisma, ao analisar um espaço específico, a Vila Santo Antônio (Figura 13).

Por esta se localizar em uma região de vale (Figura 14), sua topografia contribui para que a invisibilidade se dê até mesmo no âmbito da paisagem urbana, ao ponto de que, quem se encontra nas avenidas principais de acesso ao

² Algumas das notícias mencionadas são: “Vídeo mostra área atingida por deslizamento que matou a vó e dois netos em Campos do Jordão” (G1, 2019), “Deslizamento de terra atinge casas em Campos do Jordão” (G1, 2020), “Campos do Jordão tem mais de dez mil moradores em áreas de risco, diz Defesa Civil” (G1, 2020), “Doze pessoas ficam desalojadas após deslizamentos em Campos do Jordão, SP” (G1, 2021), “Chuva causa deslizamentos em sete pontos em Campos do Jordão” (G1, 2022), “Chuvvas em Campos do Jordão interditam casas e derrubam árvores” (CBN Vale, 2022) e “Prefeitura de Campos do Jordão divulga alerta de chuva com risco de deslizamento” (Guia Campos, 2023).

bairro - Doutor Januário Miráglia, Frei Orestes Girardi e Doutor Adhemar de Barros - não tem visão completa da Vila Santo Antônio (Figura 15), a despeito da sua proximidade. O contrário ocorre para quem reside nos espaços limítrofes da vila, que possui ampla visão dessas avenidas (Figura 16).

Assim, se por um lado, o encobrimento dessa realidade promove uma enorme diferenciação e exclusão no que concerne aos direitos sociais e, principalmente, ao direito à cidade, por outro, a invisibilidade contribui para que o incômodo gerado por sua presença seja menor.



De acordo com relatos do Sr. Marcilio Benedito da Silva³, antigo morador e figura atuante no bairro em questão, na passagem do século XX para o XXI, a história de ocupação da Vila Santo Antônio se iniciou com “um pequeno povoado de meia dúzia de casebres de pau a pique [que] havia se instalado no morro próximo [...] à estrada que dá acesso ao Palácio do Governo [Avenida Doutor Adhemar de Barros]”, na década de 1960. Em pouco tempo, o vale foi ocupado em sua completude e, na sequência, dominou-se “as encostas da Estrada para o Palácio do Governo, em seguida junto à plantação de Pinus Eliotis do Sanatório Sírio, e finalmente a extensão do Morro das Andorinhas”.

No início da década de 1970, de acordo com o Sr. Marcilio, já havia mais de duzentas famílias morando na localidade e, por ali encontrarem minas naturais de água potável, onde a terra é de cor preta, passou-se a denominá-lo Barro Preto. Estabelecendo estreita relação com a origem e desenvolvimento da vila, em abril de 1977, iniciou-se a construção da Capela Santo Antônio, que obteve esse nome devido ao falecimento de três moradores chamados pelo nome Antônio, que aconteceu na sua proximidade. Mais tarde, um decreto da prefeitura, de 20 de maio de 1981, oficializou o nome para Vila Santo Antônio.

Atualmente, o bairro configura um dos maiores, se não o maior, da cidade⁴, e conta com a presença e atuação da associação de moradores há estimados 45 anos. Iniciando suas atividades concomitantemente às da Capela Santo An-

tônio (Figura 17), em 1978, a associação designada como ‘Conselho de Bairro da Vila Santo Antônio’, posteriormente, se tornou a Sociedade de Amigos da Vila Santo Antônio, mais conhecida, até os dias de hoje, como SAVISA⁵ (Figura 18).

Apesar da desconfiança de alguns moradores a respeito da atuação da associação, que se constatou em visita, outros demonstram visão positiva em relação a avanços e conquistas obtidos no que concerne às infraestruturas urbanas e serviços para o bairro, considerando que o mesmo possui escola, creche, posto de saúde, coleta de lixo e asfaltamento em quase todas as ruas.



Figura 17: Capela Santo Antônio da vila de mesmo nome em Campos do Jordão - SP
Fonte: A autora (2023).



Figura 18: Sede da SAVISA na Vila Santo Antônio em Campos do Jordão - SP
Fonte: A autora (2023).

3 Depoimento obtido informalmente, durante visita à Vila Santo Antônio, em janeiro de 2023.

4 Foram buscados, mas não foram encontrados dados na Prefeitura Municipal, que precisassem esses números.

5 A partir da identificação dos atuais responsáveis pela SAVISA, obtida mediante contato com moradores, foi buscado contato com eles, mas não se obteve resposta durante o período de elaboração dessa monografia.

Dentre os moradores mais desconfiados, foram registradas queixas em relação a questões em diversos âmbitos, dentre elas, se destaca a mobilidade urbana, uma vez que, grande parte das ruas são estreitas e em muitos casos, não tem passeio e nem asfalto (Figura 19). Foi observado que a maioria das casas não possui garagem, mas muitos moradores utilizam veículo próprio, portanto, a rua se torna um espaço de disputa entre o carro, a bicicleta e o pedestre.

No mesmo sentido, os chamados ‘escadões’ (Figura 20), longas escadas utilizadas para vencer os consideráveis desníveis a pé, apresentam condições precárias e, por vezes, insalubres, visto que em sua maioria são estreitos, destituídos de corrimão e iluminação, alguns com degraus mal executados, outros recebendo despejo de escoamento de água e esgoto, entre outros problemas. São usados cotidianamente, sobretudo, pelos moradores que não possuem veículo próprio, o que evidencia desigual-

dades entre eles.

Para além da atuação da associação de moradores, é evidente o descaso de instituições públicas para atender demandas e ocorrências no bairro, decorrente dos desdobramentos sociais relacionados à localização dessas moradias, como restrição à cidadania e ao direito à cidade, bem compreendidos com base no processo de segregação socioespacial (VILLAÇA, 2001) que caracteriza as cidades brasileiras, em geral.

Dois outros problemas foram percebidos. Primeiro, a escassez de espaços públicos, principalmente destinados ao lazer, e a baixa qualificação dos poucos existentes, como parques e campos de futebol improvisados, ou até mesmo a utilização de espaços vazios (Figura 21) e abandonados para suprir essa falta.

O segundo problema diz respeito aos riscos ambientais e irregularidade urbanística, decorrentes da ocupação de encostas. Estes estão interligados e



Figura 19: Rua da Vila Santo Antônio em Campos do Jordão - SP
Fonte: A autora (2023).

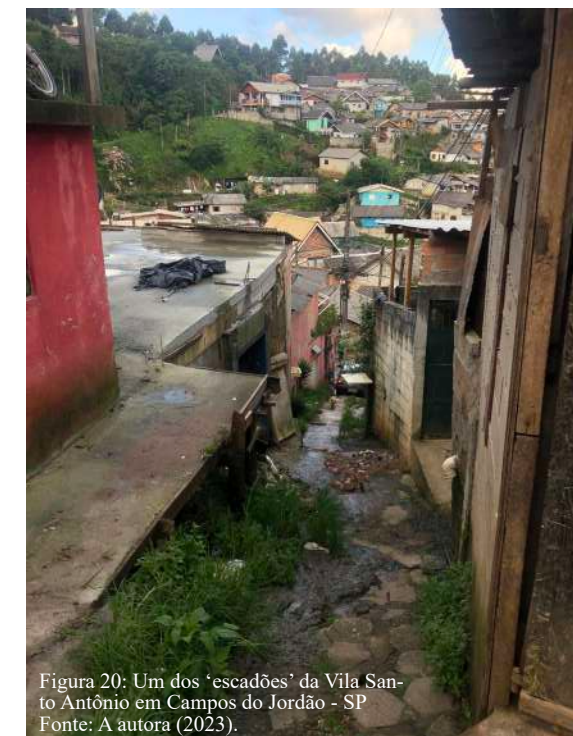


Figura 20: Um dos ‘escadões’ da Vila Santo Antônio em Campos do Jordão - SP
Fonte: A autora (2023).



Figura 21: Terreno baldio, onde crianças brincam e moradores estacionam carros, Vila Santo Antônio em Campos do Jordão - SP
Fonte: A autora (2023).

podem ser apreendidos, respectivamente, ainda que de maneira superficial, pelo exposto em seguida.

Por um lado, o mapa⁶ (Figura 22) que apresenta a divisão e classificação das áreas de risco, estabelecidas pelo IPT, na Vila Santo Antônio, coloca em evidência a questão dos riscos ambientais. Por outro lado, as tentativas bem sucedidas e frustradas de regularização fundiária de moradias e posses, conhecidas por meio da conversa com moradores, apontam para a questão da irregularidade urbanística.

A Figura 22 contém o Mapa de Setores de Risco de Escorregamento da Vila Santo Antônio, elaborado e organizado pelo IPT, no qual esses setores são divididos em 4 cores, roxo, vermelho, amarelo e verde, que caracterizam,

respectivamente áreas de risco muito alto, alto, moderado e baixo.

Retomando os aspectos de singularidade e diversidade inerentes às favelas, apresentados na subseção anterior, atenta-se para a paisagem urbana (Figura 23) da Vila Santo Antônio, a qual apresenta características visuais e estéticas comumente relacionadas a esses assentamentos, ao mesmo tempo em que expressa particularidades. A presença de casas contendo elementos do tipo construtivo comum na cidade, que remete a edificações europeias, e o fato de portarem também elementos que tiram partido da topografia e do visual da paisagem, não só expressa um caráter singular, como se conecta ao fato de que muitos moradores do bairro trabalham nos ramos da construção

⁶ Este mapa foi incluído mesmo estando ilegível, pois considera-se o seu conteúdo de grande importância para o desenvolvimento deste trabalho. Outra versão foi buscada junto a funcionários da prefeitura, sem sucesso.

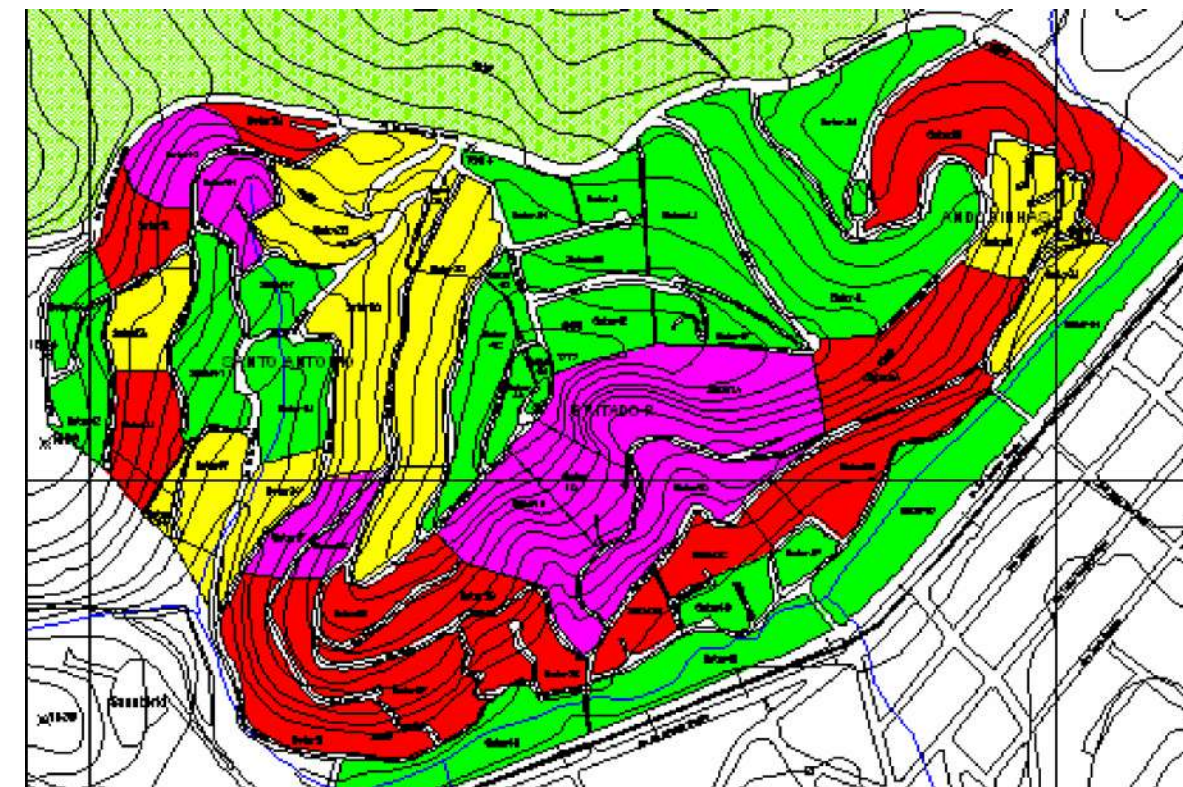


Figura 22: Mapa de Setores de Risco de Escorregamento da Vila Santo Antônio, Campos do Jordão - SP
Fonte: IPT (2006).



Figura 23: Foto da paisagem urbana da Vila Santo Antônio em Campos do Jordão - SP
Fonte: A autora (2023).

civil e hotelaria.

Além disso, reitera-se a ideia de que as favelas são espaços nos quais seus moradores desempenham papel considerável na construção e manutenção do espaço urbano, em especial, dos espaços públicos. Isto é revelado na Vila Santo Antônio, por exemplo, por meio das iniciativas dos moradores de realizarem uma contenção da encosta com



Figura 24: Iniciativa de contenção com pneus em casa na Vila Santo Antônio em Campos do Jordão - SP
Fonte: A autora (2023).

pneus, que também viabiliza a presença da garagem de uma casa (Figura 24) e de manterem e cuidarem do parque (Figura 25) existente nas proximidades de suas moradias.



Figura 25: Parque público cuidado pelos moradores da Vila Santo Antônio em Campos do Jordão - SP
Fonte: A autora (2023).

3.

O ESPAÇO PÚBLICO E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS CIDADES

A concepção atual sobre espaço público está diretamente relacionada ao contexto de desenvolvimento da cidade moderna, sob a égide do sistema capitalista, no qual coexistem a divisão de classes sociais, a produção e circulação de mercadorias e o liberalismo. Tal concepção consiste em um ideal, ou seja, como os espaços públicos poderiam ser, mas não necessariamente como são de fato. Dessa forma, são compreendidos como espaços democráticos, pautados pelas características da cidade aberta, que infere a ele ser um espaço de reconhecimento das diferenças e trocas entre desconhecidos⁷. Para mais, o conceito de espaço público depreende uma estreita relação com a origem e realidade da cidade e de valores da civilização, visto que, desde a ágora grega, entende-se a pólis como um lugar que

possibilita a convivência entre múltiplos modos de vida, culturas, visões de mundo e, sobretudo, atividades políticas (ARENDT, 2008).

A reforma urbana de Paris (séc. XIX) estimulou uma importante discussão a respeito da compreensão das dinâmicas inerentes ao espaço público, uma vez que expôs a relação contraditória entre a implementação de processos marcados pela elitização, pelo estímulo à circulação pautada nos automóveis e pela segregação socioespacial, ao mesmo tempo em que inaugurou parques públicos, entendidos como espaços de lazer.

Para Delgado (2011), no que tange à dimensão descritiva do espaço público, este deve ser reconhecido por sua

⁷ Informações pautadas nas aulas da disciplina Metrôpoles e cidades médias, ministradas pela Prof. Eda Góes, em 2020.

“visibilidade generalizada”, consistindo em um lugar, onde “cada um é observado pelos demais, caracterizando-se assim pela “exibição e pelo risco”, como espaço em que tudo é ‘perceptível e percebido’”. Além disso, o mesmo autor define o caráter político do conceito, afirmando que, por ser um local onde convivem as diferenças, sem serem esquecidas, mas sim negociadas, “esse espaço é a base da democracia”.

Ademais, a concepção jurídica do espaço público, além de considerá-lo a partir do que consta na lei, também o faz de maneira relacional, ou seja, caracteriza-o em oposição ao que é estabelecido como espaço privado. Já a concepção social, afirma que o espaço público é carregado de valores sociais positivos, como, por exemplo, o encontro, a convivência e a acessibilidade, entretanto, reitera que esses valores são uma possibilidade e não uma regra (DUHAU; GIGLIA, 2016).

Dimenstein e Scocuglia (2017) compreendem o espaço público de forma abrangente, considerando as diversas dimensões do conceito, sendo elas política, social, jurídica e descritiva. Assim, o definem como “um lugar de conflito e dissenso, de encontro com o outro, da alteridade e da diversidade, [...] da convivialidade, de uma urbanidade no sentido urbanístico de espaços livres abertos, de visibilidade e acessibilidade irrestritos”.

Cortés (2008) agrega à definição de espaço público, o importante aspecto das práticas espaciais. O autor afirma que o espaço, seja público ou privado, “é antes de tudo um lugar praticado que aparece – se constitui na ação – com os indivíduos e seus movimentos” (2008, p.72). Dessa forma, apreende-se que

são os sujeitos e suas ações que conferem significado aos espaços públicos, portanto, sua ausência direciona para o desaparecimento de um espaço público, enquanto sua presença, com as ações inerentes, pode atribuir sentido público, mesmo a um espaço juridicamente privado. Nesse sentido, a Figura 21 (subseção 2.2) é expressiva, inclusive, das disputas que essas atividades não previstas geram.

Diante do exposto, constata-se que o espaço público não deve ser definido considerando somente e de maneira rasa como sendo o contrário do que é estabelecido como espaço privado, visto que traz em si vários outros aspectos que o caracterizam. Pelo caráter ideal, vale reiterar que as definições não são efetivamente condizentes com a realidade dos espaços públicos das cidades atuais. Além disso, é um grande desafio estabelecer um conceito que abarque todos eles, visto que são espaços em constante mudança e que se relacionam com distintas realidades urbanas.

Nas últimas décadas, as pesquisas acerca dos espaços públicos tratam predominantemente a respeito de um panorama de crise, decadência e até mesmo “morte” desses espaços. Ademais, percebe-se intensa relação dessa dinâmica com o processo de fragmentação socioespacial, que vem se implementando nas cidades contemporâneas e que é marcado por práticas individualistas, privatizações, ascensão do consumo, insegurança, intolerância, entre outros⁸.

Sob esse prisma, destaca-se o trabalho de Jane Jacobs (2001), intitulado ‘Morte e vida nas grandes cidades’, no qual ela argumenta que a “morte do espaço público” se dá por meio do “es-

vaziamento cada vez maior desses espaços com as práticas cada vez mais individualistas dos cidadãos”. A exemplo disso, cita-se a utilização primordial de automóveis como meio de circulação nas cidades e, mais recentemente, a preferência, de certas classes sociais, por morar em ‘enclaves fortificados’ (CALDEIRA, 2000), compondo cada vez mais uma ‘cidade de muros’. Isso demonstra a prioridade dada à dimensão privada em detrimento da pública e a negação de dinâmicas coletivas de sociabilidade, encontro e convivência com cidadãos diferentes. Com isso, afirma-se que “o espaço público morto é uma das razões, e a mais concreta delas, pelas quais as pessoas procurarão um terreno íntimo que em território alheio lhes é negado” (SENNETT, 1998, p.30).

A partir do entendimento do que é espaço público e também da compreensão dos processos e dinâmicas da cidade contemporânea, cabe apresentar os critérios de avaliação, estabelecidos por Brandão (2011), que propõem caracterizar cada espaço público de acordo com o contexto e realidade no qual se insere. Dessa maneira, aos profissionais que intervêm sobre esses espaços, cabe sempre analisar aspectos como, em qual cidade se encontra, qual a origem do espaço, onde se localiza nessa cidade, como é o seu entorno, verificar a acessibilidade, caracterizar as pessoas que o frequentam e as que não, quais são as problemáticas, etc.

Ainda pensando na atuação de profissionais qualificados, como os arquitetos e urbanistas, sobre espaços públicos, guardadas as devidas diferenças e particularidades de contexto e realidade, evidencia-se as ideias do dinamarquês, Jan Gehl, no livro ‘Cidade para pessoas’ (2013). Para ele, considerando que a maneira como as cidades são cons-

truídas interfere na vida de seus habitantes, é imprescindível pensá-las e projetá-las a partir da escala humana. Portanto, buscar qualidade de vida é também pensar na qualificação dos espaços urbanos. Dessa forma, é relevante que as propostas de intervenção no espaço público considerem e sejam destinadas, essencialmente, para as pessoas, preocupando-se, sempre, em proporcionar vitalidade, segurança e sustentabilidade nesses espaços. Para isso, o autor sugere que as intervenções sejam pautadas em diretrizes que priorizem o pedestre ao automóvel, como, por exemplo, por meio de construção de espaços adequados para caminhar e pedalar, promovendo fachadas ativas e com usos diferenciados, de forma a configurar um espaço de transição suave entre o público e o privado e ainda gerar atração e sensação de segurança. Também é relevante atentar para a utilização de mobiliários urbanos, iluminação e vegetação, a fim de compor um espaço que potencialize a permanência, estimulando o uso do espaço público, assim como a convivência entre os diferentes cidadãos, possibilitada por eles.

Levando em conta o debate teórico sobre espaço público, os princípios propostos por arquitetos como Brandão (2011) e Gehl (2013) para projetá-los e o objetivo desta monografia, de dirigir a atenção para a Vila Santo Antônio, um dos assentamentos irregulares de Campos do Jordão – SP, e seus espaços públicos, são apresentados, em seguida, duas referências projetuais que, considerando as relações de semelhança e diferença de escala, contexto urbano, alcance, entre outros aspectos, favorecem a proposição de diretrizes para a proposta projetual apresentada na sequência.

⁸ Tema abordado nas aulas da disciplina Metrôpoles e cidades médias, ministradas pela Prof. Eda Goes, em 2020, com base em autores como Jacobs (2001), Sennett (1998) e Davis (2003).

4.

REFERÊNCIAS PROJETUAIS
DE ESPAÇOS PÚBLICOS

4.1 Parque H3O e Beco São Vicente

Ficha técnica

Arquitetos: M3 Arquitetura, Vazio S/A, Silvio Todeschi, Ana Assis, Alexandre Campos + MAch Arquitetos

Tipo de projeto: Urbanismo

Ano: 2011

Cidade: Belo Horizonte - MG

País: Brasil

Os projetos do Parque H3O (ou Parque da Terceira Água) e do Beco São Vicente estão contidos dentro de uma ampla intervenção realizada em um dos aglomerados de favela mais populosos de Belo Horizonte, o aglomerado da Serra (Figura 26).

Essa intervenção foi elaborada com participação popular por meio do Orçamento Participativo, que consiste

em uma proposta de ouvidoria pública. Uma das principais ações de todo o projeto foi a realocação de famílias que moravam em áreas de risco para novas moradias, realizadas dentro da mesma iniciativa. A intervenção também promoveu obras de urbanização em becos, a recuperação de nascentes, rede de esgoto para todos os domicílios e implantação de rede de interceptores ao longo dos córregos e no entorno da área do parque proposto.

O Parque H3O contém um centro comunitário (Figura 27), áreas de lazer, quadras esportivas, equipamentos de ginástica, pistas de caminhada e jardim comunitário. Essas instalações foram alocadas nas raras e estreitas áreas planas do território, que se conforma sobre uma encosta de um talvegue. Nesse contexto, vale ressaltar a solução do

‘Muro de Atividades’ (Figura 28), adotada na chamada Praça da Academia e que expõe a limitação de área disponível para implantação do projeto por meio da concentração de aparelhos de ginástica em um único elemento.

O Beco São Vicente (Figura 29) localiza-se fora da área do Parque H3O e compreende uma apropriação estratégica de um dos poucos espaços vazios

que ainda existem no denso aglomerado de edificações na favela da Serra. Seu projeto conforma-se em três volumes cilíndricos construídos, nos quais a parte interna abriga a associação de costureiras do bairro e a parte superior forma espaços públicos (Figura 30) que dão suporte para as práticas de skate, brincadeiras e capoeira.



Figura 26: Vista aérea do aglomerado da Serra em Belo Horizonte, Minas Gerais
Fonte: Cortesia Arquitetos/Archdaily (2011).



Figura 27: Centro comunitário do projeto do Parque H3O no aglomerado da Serra em Belo Horizonte, Minas Gerais
Fonte: Cortesia Arquitetos/Archdaily (2011).

Figura 28: Muro de Atividades em praça do projeto do Parque H3O no aglomerado da Serra em Belo Horizonte, Minas Gerais
Fonte: Cortesia Arquitetos/Archdaily (2011).



Figura 29: Projeto do Beco São Vicente no aglomerado da Serra em Belo Horizonte, Minas Gerais
Fonte: Cortesia Arquitetos/Archdaily (2011).

Figura 30: Parte superior do volume cilíndrico do projeto do Beco São Vicente no aglomerado da Serra em Belo Horizonte, Minas Gerais
Fonte: Cortesia Arquitetos/Archdaily (2011).

Os projetos do Parque H3O e do Beco São Vicente no aglomerado da Serra (Belo Horizonte - MG) se diferenciam da proposta projetual apresentada nesta monografia pela escala, alcance e abrangência tanto do projeto, como do recorte espacial considerado. Ao passo que, se assemelha por consistir em intervenções em uns dos raros espaços livres e públicos existentes dentro de

um contexto de um assentamento irregular consolidado e pautado por características de adensamento construtivo e topografia acentuada, apresentando-se como limitações e condicionantes a serem elaboradas projetualmente. Além disso, os projetos apresentados nessa seção também propõem espaços coletivos, esportivos, de lazer e permanência.

4.2 Meu Campinho

O programa Meu Campinho é uma iniciativa do Governo do Estado do Paraná, executada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas, e parte da premissa afirmada pelo 11º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que preconiza “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. Os projetos compõem um conjunto de equipamentos públicos (Figuras 31 e 32) voltados não só para a prática esportiva, como também para promover a qualidade de vida aos moradores dos municípios paranaenses. Além disso, se destacam e tornam-se referência por proporcionarem a integração social, por meio de requalificação urbanística e também por



Figura 31: Vista aérea de um dos projetos do programa Meu Campinho do governo do estado do Paraná
Fonte: Paraná Interativo.



Figura 33: Equipamentos como cancha, pergolado, bancos e floreiras em uma das unidades do programa Meu Campinho
Fonte: Paraná Interativo

apresentarem grande alcance social, principalmente, com crianças e adolescentes.

As intervenções são adequadas de acordo com a demanda e necessidade de cada bairro em cada cidade onde são implantadas. As prefeituras decidem de que forma modular as unidades, tendo como opções possíveis os seguintes equipamentos e mobiliários: campo de futebol de grama sintética com iluminação de LED, parquinho com piso emborrachado, bancos, floreiras, um pergolado (Figura 33) e academia para a terceira idade, além de estacionamento. No município de Maringá, dentre os 19 projetos do programa já construídos, há uma particularidade, ‘o Parque de Cordas’ (Figura 34), uma estrutura com cordas entrelaçadas que possibilitam a escalada de crianças.



Figura 32: Um dos projetos do programa Meu Campinho do governo do estado do Paraná
Fonte: Paraná Interativo.



Figura 34: Parque de Cordas em uma das unidades do programa Meu Campinho em Maringá - PR
Fonte: Aldemir de Moraes/Prefeitura Municipal de Maringá (2020).

Além disso, a implantação tanto em áreas já consolidadas e centrais, como em novos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida – Faixa 1 (Figuras 35 e 36), com localização periférica e perfil popular, reitera o papel inclusivo desempenhado pelo programa Meu Campinho em Maringá.

Os projetos do programa Meu Campinho, principalmente, um daqueles implantados na cidade de Maringá - PR e apresentado aqui, se assemelham

com a proposta projetual deste trabalho final de graduação, por se tratar do planejamento de equipamentos públicos de esporte e lazer, destinados a áreas com perfil popular e que apresentam soluções interessantes, como, por exemplo, o parque de cordas. Além disso, promove integração social e volta-se, principalmente, aos jovens e crianças, sem desconsiderar a possibilidade de convívio entre todos e quaisquer usuários.



Figura 35: Meu Campinho no Conjunto Habitacional Pioneiro José Pires de Oliveira, Maringá - PR: vista parcial (1)
Fonte: Góes (2022).



Figura 36: Meu Campinho no Conjunto Habitacional Pioneiro José Pires de Oliveira, Maringá – PR: vista parcial (2)
Fonte: Góes (2022).

5.

DIRETRIZES PROJETUAIS

Sob o prisma da fundamentação teórica e das referências projetuais apresentadas, elaborou-se diretrizes para orientar uma proposta de conexão entre os espaços públicos da Vila Santo Antônio em Campos do Jordão-SP, além de um projeto de requalificação de alguns dos espaços públicos de lazer e permanência do bairro, como também a proposição de um novo.

A partir de uma das visitas ao bairro, foi perceptível a presença de crianças e adolescentes se apropriando dos espaços das ruas e de um terreno vazio para brincar, andar de bicicleta e de patins, como também moradores se encontrando nesse espaço, conforme retratado na Figura 21 (localizada na subseção 2.2).

Dessa forma, apreende-se a precariedade de espaços públicos de lazer

e permanência e, até mesmo, a escassez desses espaços, influenciada, em parte, pelo adensamento das edificações, restando poucos espaços livres no bairro como um todo (Figura 37). É nesse contexto que surge a ideia de intervir sobre esses lugares. Ademais, com intuito de complementar a intervenção e aumentar sua abrangência e efetividade, pensa-se em uma proposta para o bairro como um todo, incluindo também os espaços públicos de passagem (vias, vielas e 'escadões'), a fim de promover a conexão entre esses e os outros.

Diante da identificação dos espaços públicos de lazer existentes na vila, apresentados na Figura 37, faz-se necessário compatibilizá-los com o Mapa de Setores de Risco de Escorregamento, apresentado na Figura 22 (localizada na subseção 2.2). É possível verificar

que um dos espaços expostos, o campinho de futebol improvisado situado a noroeste do bairro, localiza-se em um setor caracterizado por risco muito alto. Com isso, para não perpetuar a ocupação em áreas com risco de escorregamento de terra, tal recorte não foi considerado no projeto. Os demais, por se encontrarem em áreas classificadas com risco baixo ou moderado, foram considerados como os espaços de intervenção.

Portanto, a fim de orientar a proposta de conexão entre os espaços públicos da Vila Santo Antônio (Campos do Jordão – SP) e o desenvolvimento do projeto de requalificação de alguns dos espaços públicos de lazer da mesma, foram estabelecidas diretrizes, sendo elas:

- considerar as particularidades e singularidades locais, tendo em vista a pluralidade e complexidade inerentes às favelas, afim de produzir uma política apropriada para esse território;
- analisar o contexto socioterritorial no qual os espaços de intervenção estão inseridos, assim como as práticas e territorialidades preexistentes, considerando suas potencialidades e insuficiências. Algumas das potencialidades são: 1. a utilização e apropriação dos espaços tidos como públicos para brincar de velotrol, andar de bicicleta, jogar futebol, dançar, sentar e conversar; 2. a utilização desses espaços para estacionar carros e caminhões e realizar a manutenção desses veículos, visto que as ruas são estreitas e poucas casas possuem garagem; 3. a possibilidade inerente ao visual composto pela paisagem urbana e natural, observada pela autora deste TFG, configurando um partido projetual;
- adequar-se às limitações dos espa-

ços disponíveis escolhidos, levando em conta a densidade da ocupação da Vila Santo Antônio e as condições topográficas. Para isso, se toma como base, iniciativas como o Muro de Atividades, apresentada na referência projetual do Parque H3O e Beco São Vicente (Figura 28, localizada na subseção 4.1);

- atentar para a classificação de áreas de risco estabelecida pelo IPT, a fim de não perpetuar a ocupação em área de risco de deslizamento;
- projetar a partir da escala humana, priorizando o pedestre e suas dinâmicas, com intuito de promover espaços de permanência e convívio, por meio de iluminação, vegetação, mobiliários e outras infraestruturas, assim como no projeto do Meu Campinho (subseção 4.2);
- conferir prioridade às crianças e adolescentes, por estes se evidenciarem nas apropriações percebidas em visita ao bairro, mas sem perder de vista, a potencialidade dos encontros e do convívio entre todos os moradores e os diversos cidadãos nos espaços públicos;
- estabelecer a conexão entre os espaços livres e públicos da vila, tanto os de passagem ('escadões', vielas e ruas), quanto os de permanência e lazer, a fim de construir uma proposta abrangente e que alcance grande parte do bairro.

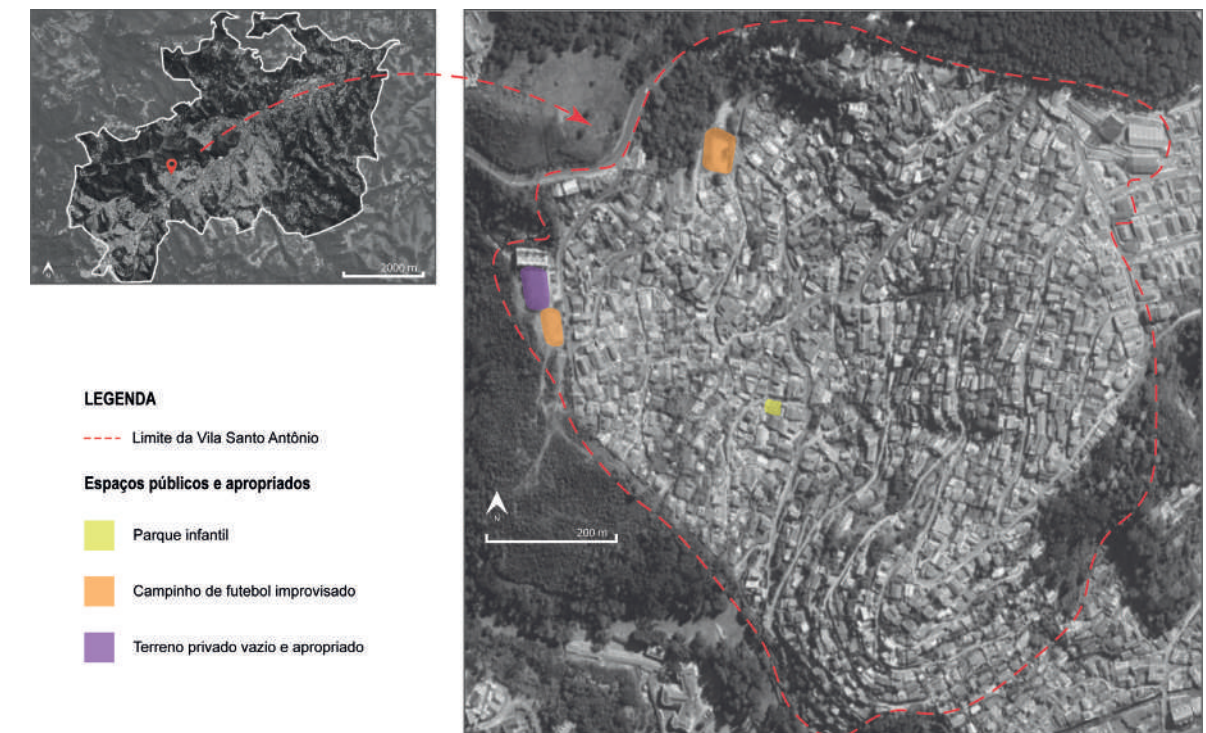


Figura 37: Localização da Vila Santo Antônio no município e dos espaços públicos de lazer existentes nela
Fonte: Google Earth (2020) Elaboração: A autora (2023).

6.

PROPOSTA PARA CONEXÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA VILA SANTO ANTÔNIO

Diante da precariedade que caracteriza os espaços livres e públicos da Vila Santo Antônio (Campos do Jordão - SP), define-se uma proposta de conexão entre esses com a finalidade de compor um sistema de espaços que se interligam e possibilitam, aos cidadãos, usufruírem e se apropriarem desses lugares e das infraestruturas contidas nelas.

A proposta consiste, de maneira geral, em promover a conexão dos espaços públicos de lazer e permanência qualificados com todo o bairro, principalmente, por meio dos espaços públicos de passagem (vias, vielas e 'escadões'). Assim, o detalhamento da proposta envolve seis iniciativas:

1. revestir as vias destituídas de asfalto, utilizando piso intertravado com grama, por ser permeável e, assim, faci-

litar a drenagem das águas pluviais;

2. executar a continuidade do passeio onde este estiver descontínuo, proporcionando maior conforto e segurança aos pedestres;

3. adicionar lombadas nas proximidades dos espaços públicos de lazer projetados, a fim de que os veículos diminuam a velocidade e facilite o acesso dos pedestres a esses espaços;

4. no caso dos 'escadões', qualificá-los principalmente no que diz respeito aos degraus, corrimão e iluminação. No entanto, considera-se a dificuldade de mapeá-los, pela grande quantidade existente, pela dificuldade de acesso a todos eles pela autora, pela baixa qualidade das imagens de satélite e, também, pela sobreposição de problemáticas contida num mesmo espaço, envolvendo: piso, corrimão, drenagem

de água pluvial, escoamento de esgoto, acesso à moradias, etc.;

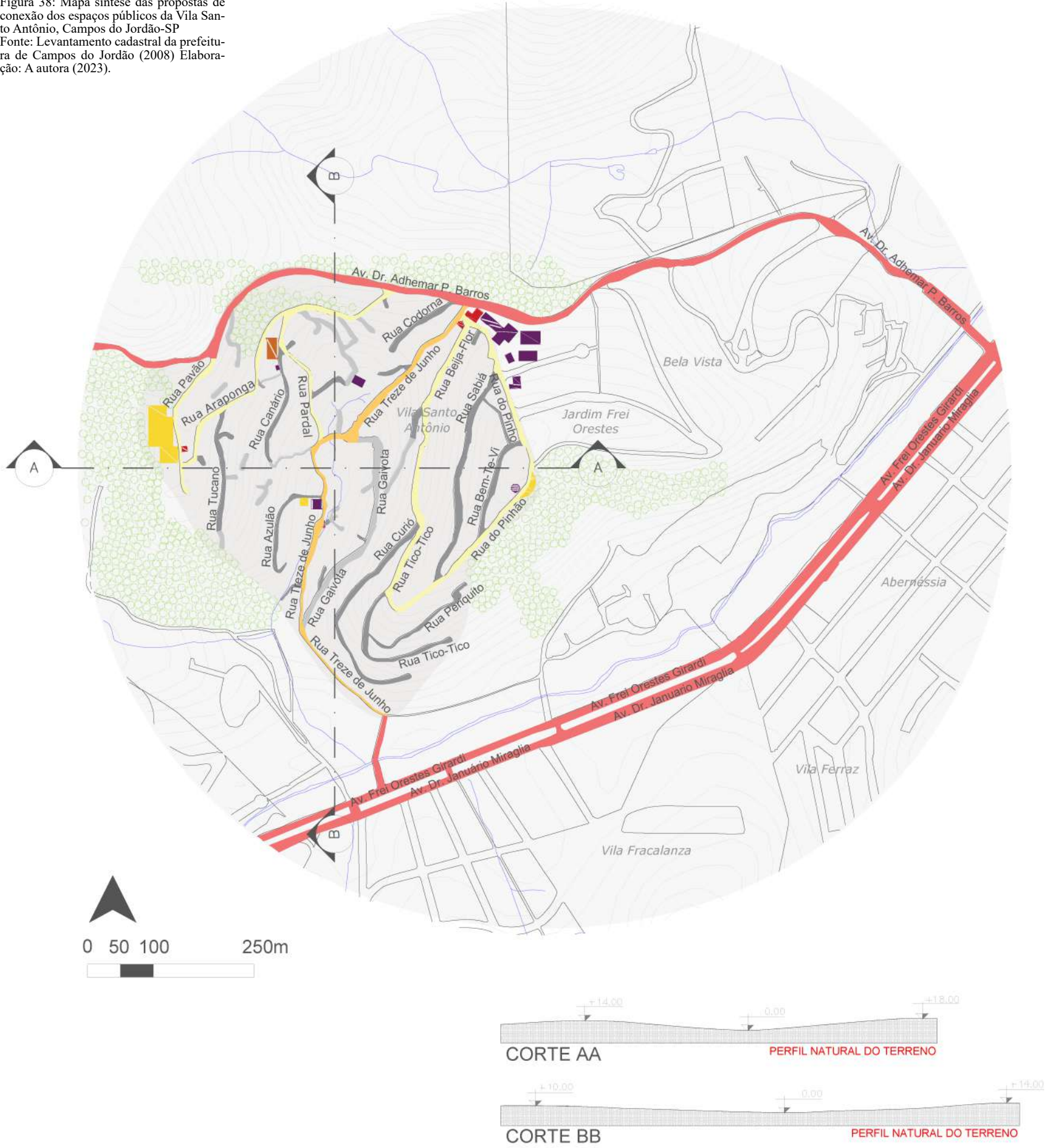
5. promover a conexão entre os espaços públicos de lazer e de passagem, assim como também com os equipamentos coletivos, de comércio e serviço do bairro (escola, creche, SAVISA, posto de saúde, igrejas, mercearias, etc.), de duas maneiras: a) por meio de uma linguagem visual, estabelecida através da pintura de passeios e fachadas cegas (onde houver cada um desses elementos e for possível) ao longo do bairro, em conformidade com as cores e formas da paginação dos pisos dos espaços projetados; b) pela escolha dos elementos que receberão a pintura, sendo aqueles localizados, principalmente, nas vias de maior destaque para

a conexão dos espaços públicos do bairro,. Desse modo, hierarquicamente, devem ser priorizadas as seguintes: Rua Treze de Junho, Rua do Pinho, Rua do Pinhão, Rua Beija-Flor, Rua Pavão, Rua Araponga e Rua Pardal;

6. desenvolver um projeto de requalificação para dois espaços públicos de lazer e permanência do bairro, bem como criar mais um novo espaço, a fim de dotar a porção do bairro destituída e contribuir para a conexão da vila como um todo (conforme apresentado no Capítulo 7).

Isto posto, apresenta-se o mapa síntese da proposta de conexão dos espaços públicos da Vila Santo Antônio (Figura 38).

Figura 38: Mapa síntese das propostas de conexão dos espaços públicos da Vila Santo Antônio, Campos do Jordão-SP
Fonte: Levantamento cadastral da prefeitura de Campos do Jordão (2008) Elaboração: A autora (2023).



MAPA SÍNTESE DAS PROPOSTAS
PARA A VILA SANTO ANTÔNIO

LEGENDA	
	Delimitação da vila
	Equipamento institucional
	Comércio e/ou serviço
	Lazer (campinho improvisado)
	Lazer (espaços projetados)
Hierarquia viária	
	Avenidas que ligam a cidade à vila
	Vias principais do bairro
	Vias secundárias do bairro
	Vias locais asfaltadas
	Vias locais sem asfalto/vielas

PROPOSTAS PARA OS ESPAÇOS PÚBLICOS DA VILA SANTO ANTÔNIO			
1. Revestir vias destituídas de asfalto com piso intertravado com grama.			Exemplo de um local na vila para aplicar a proposta 1
2. Executar a continuidade do passeio onde este estiver descontínuo.			Exemplo de um local na vila para aplicar a proposta 2
3. Adicionar lombadas nas vias próximas aos espaços públicos de lazer projetados.			Exemplo de um local na vila para aplicar a proposta 3
4. Qualificar os 'escadões', principalmente, no que diz respeito aos degraus, corrimão e iluminação.			Exemplo de um local na vila para aplicar a proposta 4
5. Promover a conexão entre os espaços públicos de lazer e de passagem, assim como também com os equipamentos coletivos, de comércio e serviço do bairro, de duas maneiras: a) por meio de uma linguagem visual, definida em conformidade com as cores e formas da paginação dos pisos dos espaços projetados; b) pela escolha dos elementos que receberão a pintura, sendo aqueles localizados, principalmente, nas vias de maior destaque para a conexão dos espaços públicos do bairro.			Exemplo de um local na vila para aplicar a proposta 5
6. Projetos de requalificação para os espaços públicos de lazer e permanência do bairro e criação de um novo espaço público (Mirante do Pinhão).			

7.

PROJETO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER E PERMANÊNCIA DA VILA SANTO ANTÔNIO

A concepção do projeto de requalificação de alguns dos espaços públicos da vila que é recorte espacial deste trabalho surge, principalmente, a partir das apropriações dos espaços livres do bairro realizadas pelos moradores, como brincadeiras e esportes. Além disso, a precariedade dos poucos espaços livres existentes também motiva a intervenção proposta, portanto, além da requalificação de algumas áreas previamente apropriadas como públicas, se propõe a criação de um novo espaço de convívio e permanência.

O processo de desenvolvimento e elaboração do projeto consistiu, inicialmente, em visitas ao bairro para conhecer o território e apreender as apropriações (descritas previamente) do mesmo pelos cidadãos. Posteriormente, elaborou-se um estudo dos fluxos, prin-

cipalmente dos pedestres, nas áreas de intervenção, que levou ao desenho da paginação do piso e, na sequência, a setorização de áreas de passagem e permanência. Se buscou então, dotar e qualificar os lugares com novos brinquedos, mobiliários urbanos, como bancos, lixeiras, iluminação a nível do pedestre, bicicletários e vegetação, produzindo espaços públicos convidativos e atrativos, possibilitando sua apropriação de modo a gerar convívio entre os cidadãos.

A paginação do piso foi pensada como principal elemento que confere unidade e conexão ao projeto, por meio de uma linguagem visual (anteriormente mencionada no Capítulo 6, na apresentação da 5ª proposta), que é composta pelas cores e formas do traçado orgânico fluido e colorido. Atraente e convida-

tivo, esse piso deve servir como um estímulo visual, contribuindo para a atmosfera lúdica e de lazer que se pretende criar, além de ser coerente com o desenho urbano e com a topografia da Vila Santo Antônio.

A setorização, estabelecida por meio do desenho e da materialidade do piso, se dá como uma forma de guiar o usuário no espaço, se dividindo em locais de acesso, passagem, permanência e contemplação. O piso intertravado cimentício, solução permeável e que possibilita desenhos em diferentes formatos, é utilizado em duas cores, cinza claro e ocre, para marcar, respectivamente, o fluxo e a permanência, onde esta é apoiada pelos mobiliários urbanos. O piso emborrachado colorido, que permite paginações orgânicas e é eficiente no amortecimento, indica os pontos de diversão e esporte, sinalizados, nos brinquedos, pelas cores amarela, roxa e laranja e, na quadra, pelas cores vermelha e verde. E o piso da chamada 'ecomadeira', também conhecido como "Ecoblock"⁹, é uma opção sustentável que possui um processo produtivo com menor impacto negativo ao meio ambiente e delimita as áreas de permanência e contemplação do projeto, caracterizadas pelos mirantes.

Os mobiliários, tanto de diversão, quanto urbanos, seguem a linguagem fluida e atraente do projeto por meio da forma orgânica, das cores e da materialidade, sendo eles: balanço, gira-gira, parede e estrutura de escalada, diferentes tipos de bancos, lixeira, balizador, poste de iluminação e bicicletário.

A vegetação foi definida de acordo com o clima da cidade de Campos do

Jordão - SP, que é subtropical. Foram selecionadas espécies arbóreas, arbustivas, folhagens, forrações e gramíneas que se apresentam predominantemente com tons verdes e brancos, a fim de deixar o destaque de cores nas materialidades do piso e dos mobiliários. Além disso, as espécies menores (exceto arbóreas) foram escolhidas tanto as que necessitam de sol pleno, quanto as que demandam meia-sombra e sombra, visto que a maioria ficaria exposta ao sol, mas, em alguns pontos, seriam sobrepostas pelas árvores e, consequentemente, sombreadas.

Assim, apresenta-se, na sequência, os projetos para as três áreas de intervenção, iniciando pelas pré-existentes. Se considerou importante atribuir um nome a cada uma delas: Praça Azulão, Praça Pavão e Mirante do Pinhão¹⁰.

⁹ Ecoblock é uma empresa que produz a 'ecomadeira', solução nacional, reciclada e reciclável, resultado da transformação de resíduos. Substitui a madeira natural em sua aplicação e aparência, além de contribuir para a limpeza do meio ambiente. Esta empresa pode ser encontrada por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://ecoblock.com.br/>.

¹⁰ Os nomes atribuídos aos espaços de projeto foram originados a partir do nome da rua em que estes se localizam.

7.1 Praça Azulão

Em um terreno pequeno para uma praça ou parque, de aproximadamente 100m², encaixado no adensado de casas da Vila Santo Antônio, encontra-se a denominada Praça Azulão. Esta foi encontrada destituída de qualquer mobiliário, além de simples brinquedos (balanço, escorregador e gangorra) e uma lixeira improvisada (Figuras 39).

A qualificação desta praça tem o intuito de tornar o espaço atrativo e convidativo, despertando nos moradores a vontade de usufruir e se apropriar, revertendo a condição observada em todas as visitas realizadas pela autora.

Dessa forma, o projeto da Praça Azulão (Figuras 40 e 41) pretende constituir um espaço público de lazer e permanência, contendo:

1. brinquedos novos (substituin-

do os simples e tradicionais brinquedos pré-existent), que condizem com as diretrizes e propostas, principalmente, no que se refere às características do sítio e à coerência com a linguagem do projeto, além de promover acessibilidade, sendo eles: balanço de cordas individual, parede de escalada e gira-gira inclusivo;

2. mobiliários urbanos (bancos, lixeira, balizador, poste de iluminação e bicicletários) ao seu redor, que possibilitam a permanência;

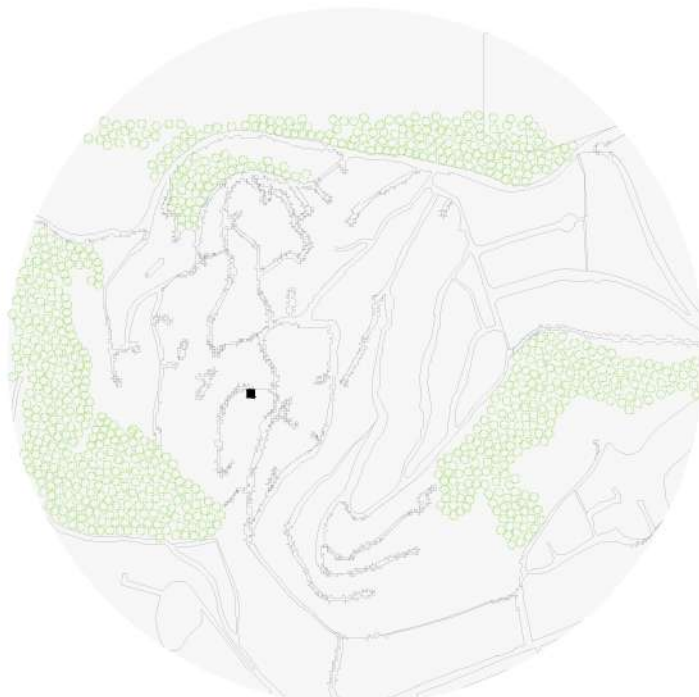
3. vegetação, que contribua para uma atmosfera agradável e promova sombra;

4. um canteiro pluvial que favorece o escoamento e infiltração das águas pluviais, haja vista que este terreno encontra-se em uma das cotas mais baixas do bairro.



Figura 39: Praça Azulão, foto da condição original do espaço
Fonte: A autora (2023).

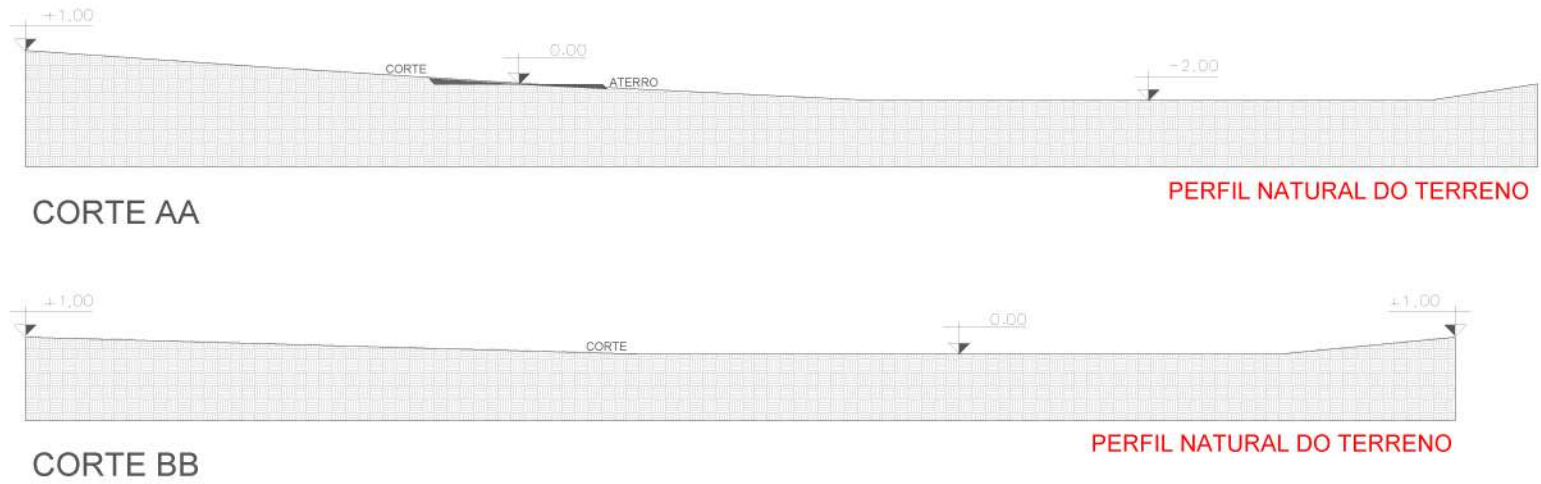
Figura 40: Implantação e cortes gerais do projeto da Praça Azulão
Fonte: Levantamento cadastral da prefeitura de Campos do Jordão (2008) Elaboração: A autora (2023).



LOCALIZAÇÃO DA PRAÇA AZULÃO NA VILA SANTO ANTÔNIO



FOTOS DO TERRENO ANTES DO PROJETO



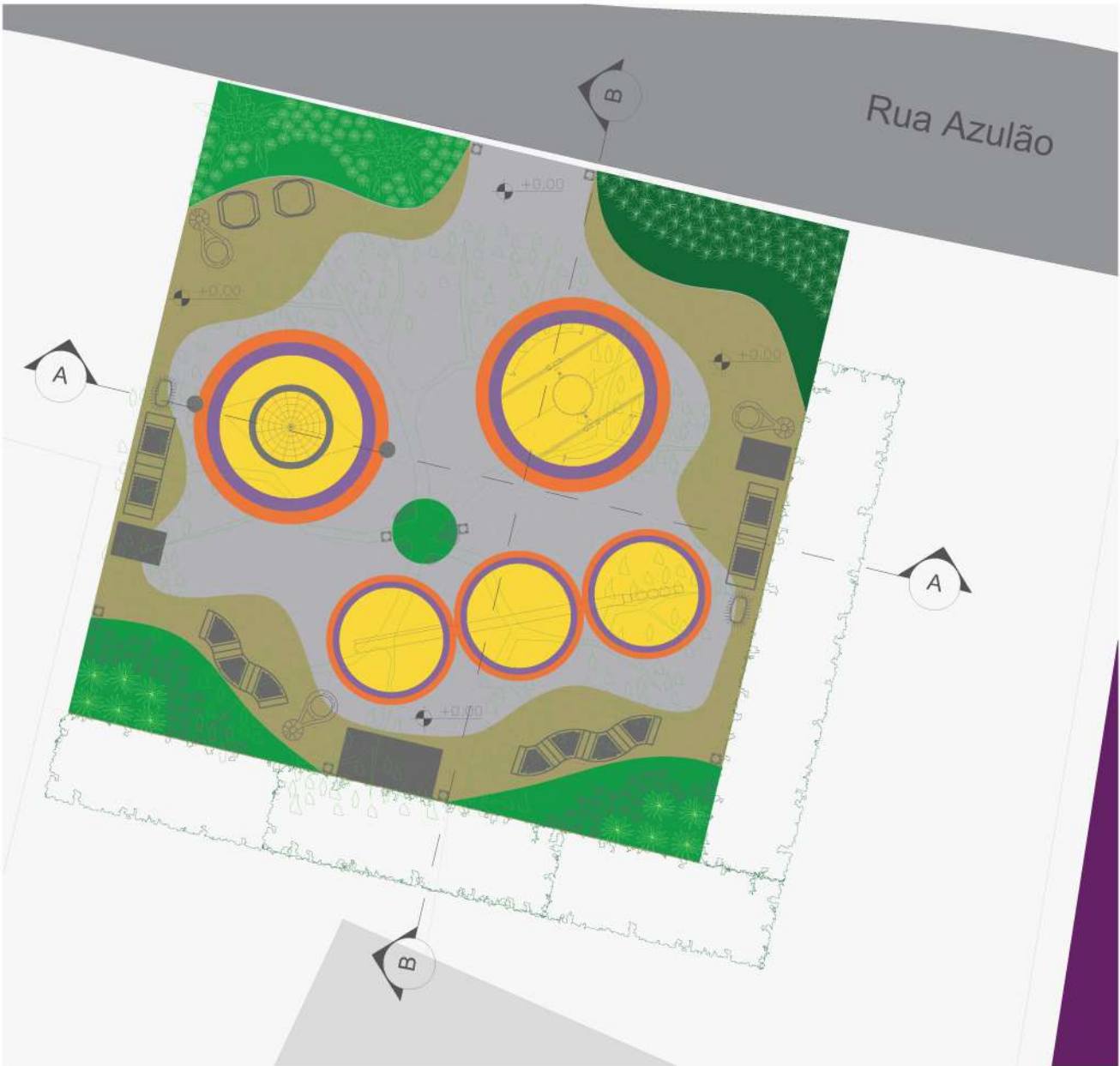
IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DA PRAÇA AZULÃO

LEGENDA	
Uso do solo	
	Equipamento institucional
	Comércio e/ou serviço
	Residencial
Hierarquia viária	
	Vias principais do bairro
	Vias locais asfaltadas
	Vias locais sem asfalto/vielas

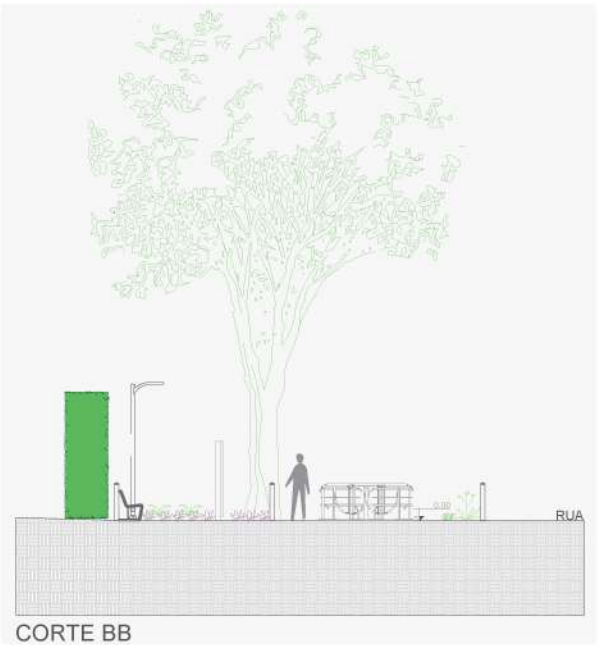
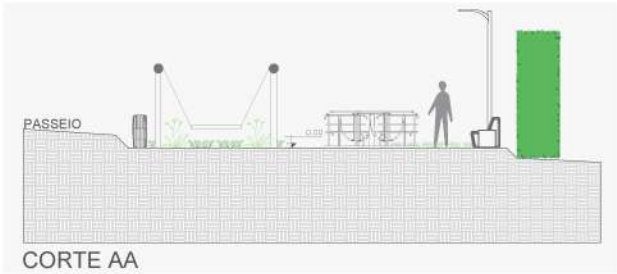
Figura 41: Ampliação, cortes esquemáticos e tabelas de especificações do projeto da Praça Azulão
Fonte: Levantamento cadastral da prefeitura de Campos do Jordão (2008) Elaboração: A autora (2023).



IMAGEM AÉREA DO TERRENO ANTES DO PROJETO
Fonte: Google Earth (2022)



AMPLIAÇÃO DO PROJETO DA PRAÇA AZULÃO



ESPECIFICAÇÃO DE PISOS		
Representação	Especificação	Imagem
	INTERTRAVADO CIMENTÍCIO RETANGULAR CINZA CLARO (tom natural) Dimensões:0.10X0.20x0.06m Delimita e indica os espaços de fluxo/passagem	
	INTERTRAVADO CIMENTÍCIO RETANGULAR OCRE (amarelado) Dimensões:0.10X0.20x0.06m Delimita e indica os espaços de permanência com apoio de mobiliários urbanos	
	PISO EMBORRACHADO IMPACT SOFT P.I.P AMARELO, ROXO E LARANJA Fabricante: Aubicon Delimita e indica os espaços dos brinquedos	

ESPECIFICAÇÃO DE MOBILIÁRIOS URBANOS			
Representação	Nome	Especificação	Imagem
	BALIZADOR	Balizador do modelo DONAT - DOE201/231 Marca: mmcité Dimensões:0.11x1.00m	
	LIXEIRA	Lixeira do modelo TLESK - KTK100 Marca: mmcité Dimensões:0.37x0.55x0.87m	
	BICICLETÁRIO	Bicicletário do modelo ELK - ELK110 Marca: mmcité Dimensões:0.55x0.60x0.88m	
	POSTE ALTURA DO PEDESTRE	Poste baixo do modelo Aptos Pedestrian Marca: FORMS+SURFACES Dimensões:0.48x0.97x3.65m	
	BANCOS SEM ENCOSTO	Bancos do modelo SINUS LSN110/115 e LSN210/215 Marca: mmcité Dimensões:0.45x0.80x0.46m (110/115) 0.44x0.45m (210/215)	
	BANCOS COM ENCOSTO	Bancos do modelo LIMPIDO LLP235 e LLP255 Marca: mmcité Dimensões:0.75x0.51x0.81m (235) 0.75x0.51x1.00m (255)	

ESPECIFICAÇÃO DE BRINQUEDOS			
Representação	Nome	Especificação	Imagem
	JOGO DA VELHA	Jogo da velha interativo - Linha "Montanalegno" Fabricante: ILT - Industria Legnami Tirano Dimensões:0.16x0.93x1.00m	
	PAREDE DE ESCALADA	Parede e escalada e ginástica - Linha "Montanalegno" Fabricante: ILT - Industria Legnami Tirano Dimensões:4.2x0.15x2.1m	
	BALANÇO DE CORDAS	Balanço de cordas individual do modelo Cloud9 Fabricante: Berliner Seilfabrik Dimensões:3.3x1.3x2.1m (individual)	
	GIRA-GIRA	Gira-gira inclusivo Marca: Oikitie Diâmetro:2.50m Altura:0.98m	

ESPECIFICAÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS			
Representação	Nome vulgar e científico	Especificação	Imagem
	GRAMA-SÃO-CARLOS Axonopus compressus	Forração Altura: menor de 15cm Meia sombra e sol pleno	
	GRAMA-DE-FOLHA-LARGA Ischaemum minus	Forração Altura: de 30 a 60cm Espécie adotada no canteiro pluvial	
	CAPIM-MIMOSO Agrostis montevidensis	Forração/Folhagem Altura: de 10 a 30cm Espécie adotada no canteiro pluvial	
	LIRIOPE Liriope spicata	Forração/Folhagem Altura: de 10 a 30 cm Meia sombra e sol pleno	
	LAMBARÍ Tradescantia zebrina	Forração/Folhagem Altura: de 30 a 40 cm Luz difusa e meia sombra	
	CURCULIGO Curculigo capitulata	Folhagem/Arbustiva Altura: de 90 cm a 1.20m Luz difusa e meia sombra	
	IUCA-MANSA Yucca filamentosa	Folhagem/Arbustiva Altura:de 40 a 90cm Meia sombra e sol pleno	
	VASSOURÃO-BRANCO Vernonanthura discolor	Arbórea - grande porte Altura:de 10 a 8m Diâmetro da copa: 10m	

7.2 Praça Pavão

A Praça Pavão está localizada em um dos poucos, se não o único, espaços livres consideráveis da Vila Santo Antônio, visto que se encontra em um terreno (aproximadamente 3.225m²) quase completamente vazio, não fosse a estrutura de um prédio abandonado, uma cerca e uma trave de madeira improvisada (Figuras 42 e 43).

A requalificação proposta tem o intuito de transformar o espaço em uma praça, sendo mais atrativo e convidativo, potencializando nos moradores a vontade de usufruir e ocupar, assim, intensificando e expandindo as apropriações já existentes.

Com esses objetivos, o projeto da Praça Pavão (Figuras 44 e 45) prevê:

1. retirada da cerca para possibilitar mais acessos, principalmente, nas proximidades da quadra, que substituirá a trave improvisada;

2. dando melhor e mais adequado suporte ao jogo de futebol, se prevê uma quadra com arquibancada em um de seus lados, que possibilitará assento para usuários que desejem acompanhar os jogos, aproveitando o desnível existente. Foi planejada uma quadra de dimensões pequenas, a fim de caber no terreno, sendo dotada de iluminação apropriada e grade em seu perímetro para não interferir nos demais usos do espaço.

3. implantação de um deck que irá estruturar um mirante, tirando partido da topografia e da vista do terreno para

a paisagem natural e urbana, apoiando a contemplação e permanência;

4. mobiliários urbanos (bancos, lixeira, balizador, poste de iluminação e bicicletários) e vegetação, que contribuem para uma atmosfera agradável e possibilitem a permanência;

5. a área previamente destinada ao estacionamento de veículos será mantida. Isso se justifica porque, apesar de não ser uma solução que priorize os pedestres, além de considerar a realização de serviços de manutenção mecânica, não desampara os veículos que já ficam estacionados ali, levando em conta uma particularidade inerente à Vila Santo Antônio, que é a escassez de espaço para os veículos, tendo em vista as ruas estreitas e a maioria das casas sem garagem;

6. reabilitação da estrutura do prédio abandonado, como um espaço aberto e livre para as diversas possibilidades de apropriações e usos, podendo abrigar tanto um jogo de futebol, como também a projeção de mídia em suas paredes, por exemplo. O projeto também prevê a pintura de paredes e piso internos, de acordo com as cores e formas da paginação de piso externa da praça, além de aproveitar a estrutura treliçada existente para instalar uma cobertura translúcida, que permita a entrada de luz natural, ao mesmo tempo que desempenha a função de proteger das intempéries, a fim de possibilitar a apropriação durante a chuva, por exemplo.

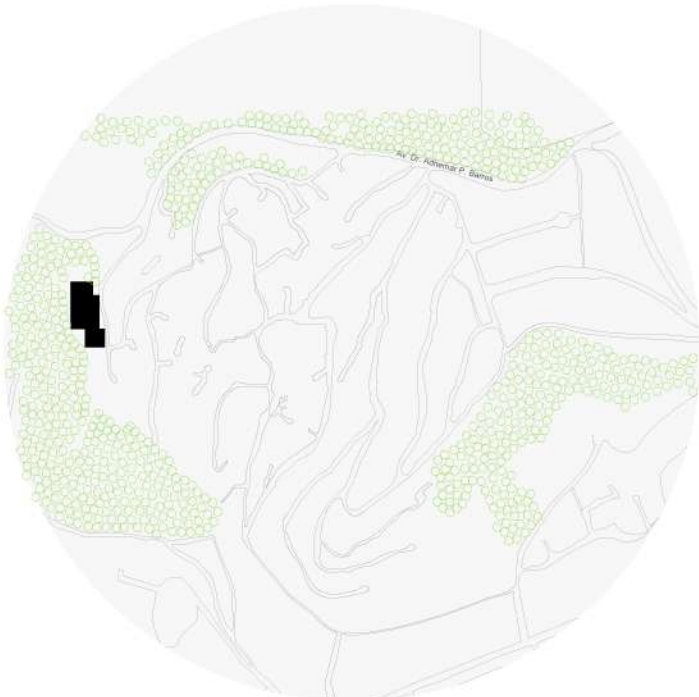
Figura 42: Praça Pavão, foto parcial da condição original do espaço, com destaque para a estrutura do prédio abandonado
Fonte: A autora (2023).



Figura 43: Praça Pavão, foto parcial da condição original do espaço, com destaque para a cerca e a trave improvisada
Fonte: A autora (2023).



Figura 44: Implantação e cortes gerais do projeto da Praça Pavão
Fonte: Levantamento cadastral da prefeitura de Campos do Jordão (2008) Elaboração: A autora (2023).

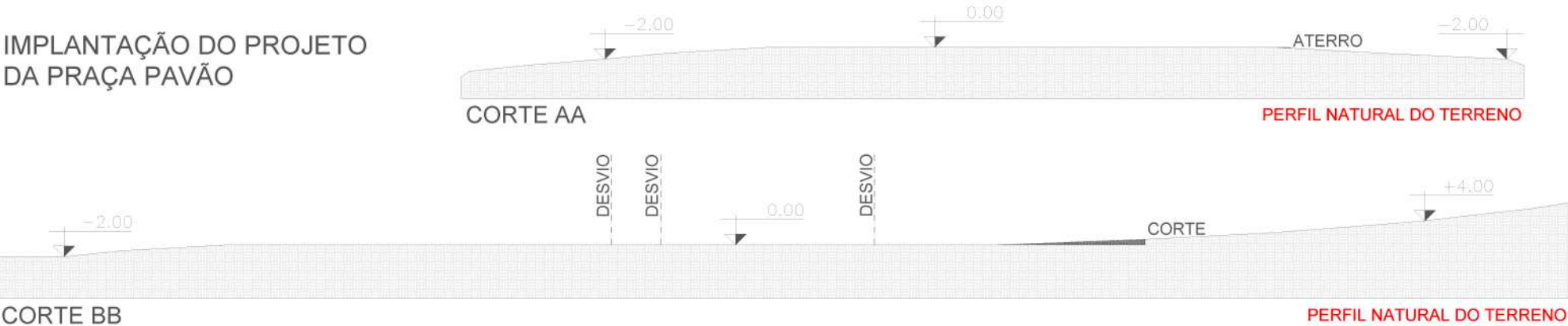


LOCALIZAÇÃO DA PRAÇA PAVÃO NA VILA SANTO ANTÔNIO



FOTOS DO TERRENO ANTES DO PROJETO

IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DA PRAÇA PAVÃO



LEGENDA	
Uso do solo	
■	Comércio e/ou serviço
■	Residencial
Hierarquia viária	
—	Avenidas que ligam a cidade à vila
—	Vias secundárias do bairro
—	Vias locais asfaltadas
—	Vias locais sem asfalto/vielas

Figura 45: Ampliação, cortes esquemáticos e tabelas de especificações do projeto da Praça Pavão
Fonte: Levantamento cadastral da prefeitura de Campos do Jordão (2008) Elaboração: A autora (2023).



IMAGEM AÉREA DO TERRENO ANTES DO PROJETO
Fonte: Google Earth (2022)

LEGENDA	
Uso do solo	
■	Comércio e/ou serviço
■	Residencial
Hierarquia viária	
—	Vias secundárias do bairro



REFERÊNCIAS PARA A PROPOSTA DE COBERTURA DO PRÉDIO



AMPLIAÇÃO DO PROJETO DA PRAÇA PAVÃO



ESPECIFICAÇÃO DE PISOS		
Representação	Especificação	Imagem
	INTERTRAVADO CIMENTÍCIO RETANGULAR CINZA CLARO (tom natural) Dimensões: 0.10X0.20x0.06m Delimita e indica os espaços de fluxo/passagem	
	INTERTRAVADO CIMENTÍCIO RETANGULAR OCRE (amarelado) Dimensões: 0.10X0.20x0.06m Delimita e indica os espaços de permanência com apoio de mobiliários urbanos	
	PISO EMBORRACHADO IMPACT SOFT P.I.P AMARELO, ROXO E LARANJA Fabricante: Aubicon Delimita e indica os espaços dos brinquedos	
	PISO EMBORRACHADO IMPACT ROLL ALTA PERFORMANCE (100% EPDM) TERRA-COTA E VERDE Fabricante: Aubicon Delimita e indica o espaço da quadra	
	PISO DE 'ECOMADEIRA' Fabricante: Ecoblock Solução sustentável que delimita e indica os espaços dos mirantes	

ESPECIFICAÇÃO DE MOBILIÁRIOS URBANOS			
Representação	Nome	Especificação	Imagem
	BALIZADOR	Balizador do modelo DONAT - DOE201/231 Marca: mmcitê Dimensões: 0.11x1.00m	
	LIXEIRA	Lixeira do modelo TLESK - KTK100 Marca: mmcitê Dimensões: 0.37x0.55x0.87m	
	BICICLETÁRIO	Bicicletário do modelo ELK - ELK110 Marca: mmcitê Dimensões: 0.55x0.60x0.88m	
	POSTE ALTA DO PEDESTRE	Poste baixo do modelo Aptos Pedestrian Marca: FORMS+SURFACES Dimensões: 0.48x0.97x3.65m	
	POSTE ALTO COM REFLETOR	Poste de iluminação alto para a quadra Com refletor holofote microled de 200Watts branco frio Altura: 6.50m	
	BANCOS SEM ENCOSTO	Bancos do modelo SINUS LSN110/115 e LSN210/215 Marca: mmcitê Dimensões: 0.45x0.80x0.46m (110/115) 0.44x0.45m (210/215)	
	BANCOS COM ENCOSTO	Bancos do modelo LIMPIDO LLP235, LLP255 e LLP256 Marca: mmcitê Dimensões: 0.75x0.51x0.81m (235) larg. 1m (255) 2m (256)	

ESPECIFICAÇÃO DE BRINQUEDOS			
Representação	Nome	Especificação	Imagem
	BALANÇO DE CORDAS	Balanço de cordas duplo do modelo Cloud9 Fabricante: Berliner Seilfabrik Dimensões: 1.3x6.3x2.1m (duplo)	
	ESCALADA DE CORDAS	Estrutura de cordas para escalada Formato Pentagonal Médio Fabricante: Berliner Seilfabrik Dimensões: 10.5x10x5.1m	

ESPECIFICAÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS			
Representação	Nome vulgar e científico	Especificação	Imagem
	GRAMA-SÃO-CARLOS Axonopus compressus	Forração Altura: menor de 15cm Meia sombra e sol pleno	
	LIRIOPE Liriope spicata	Forração/Folhagem Altura: de 10 a 30 cm Meia sombra e sol pleno	
	LAMBARI Tradescantia zebrina	Forração/Folhagem Altura: de 30 a 40 cm Luz difusa e meia sombra	
	CURCULIGO Curculigo capitulata	Folhagem/Arbustiva Altura: de 90 cm a 1.20m Luz difusa e meia sombra	
	IUCA-MANSA Yucca filamentosa	Folhagem/Arbustiva Altura: de 40 a 90cm Meia sombra e sol pleno	
	PITANGUEIRA Eugenia uniflora	Arbórea (frutífera) - médio porte Altura: de 6 a 12m Diâmetro da copa: 7m	
	CANELA-AMARELA Nectandra lanceolata	Arbórea - médio porte Altura: de 8 a 13m Diâmetro da copa: 7m	
	VASSOURÃO-BRANCO Vernonanthura discolor	Arbórea - grande porte Altura: de 10 a 8m Diâmetro da copa: 10m	

7.3 Mirante do Pinhão

A ideia do projeto do Mirante do Pinhão surge do fato que os espaços de intervenção se localizam na porção oposta, sendo que, se não fosse o mirante, a região do bairro na qual ele se localiza seria destituída de espaços públicos de lazer e permanência, como se pôde observar na Figura 37 (Capítulo 5). Situado em uma das cotas mais elevadas da Vila Santo Antônio, o local escolhido para o projeto do Mirante do

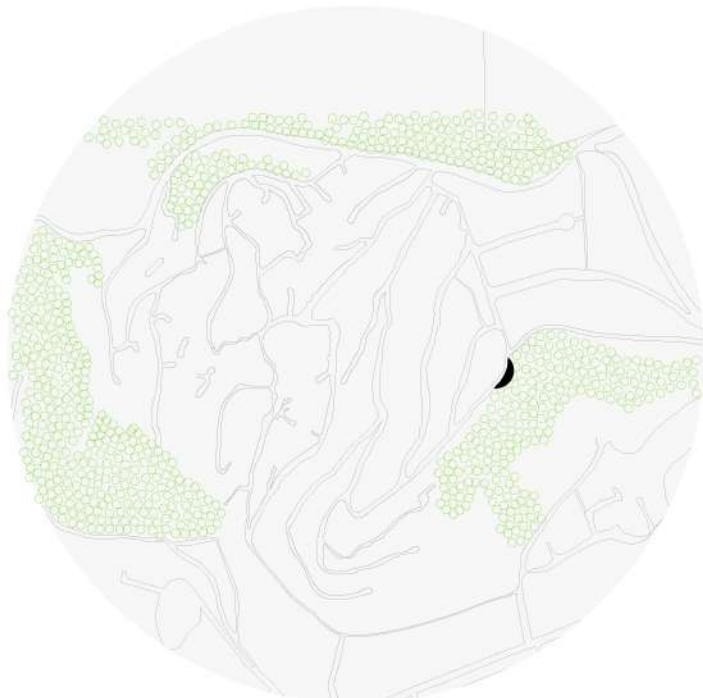
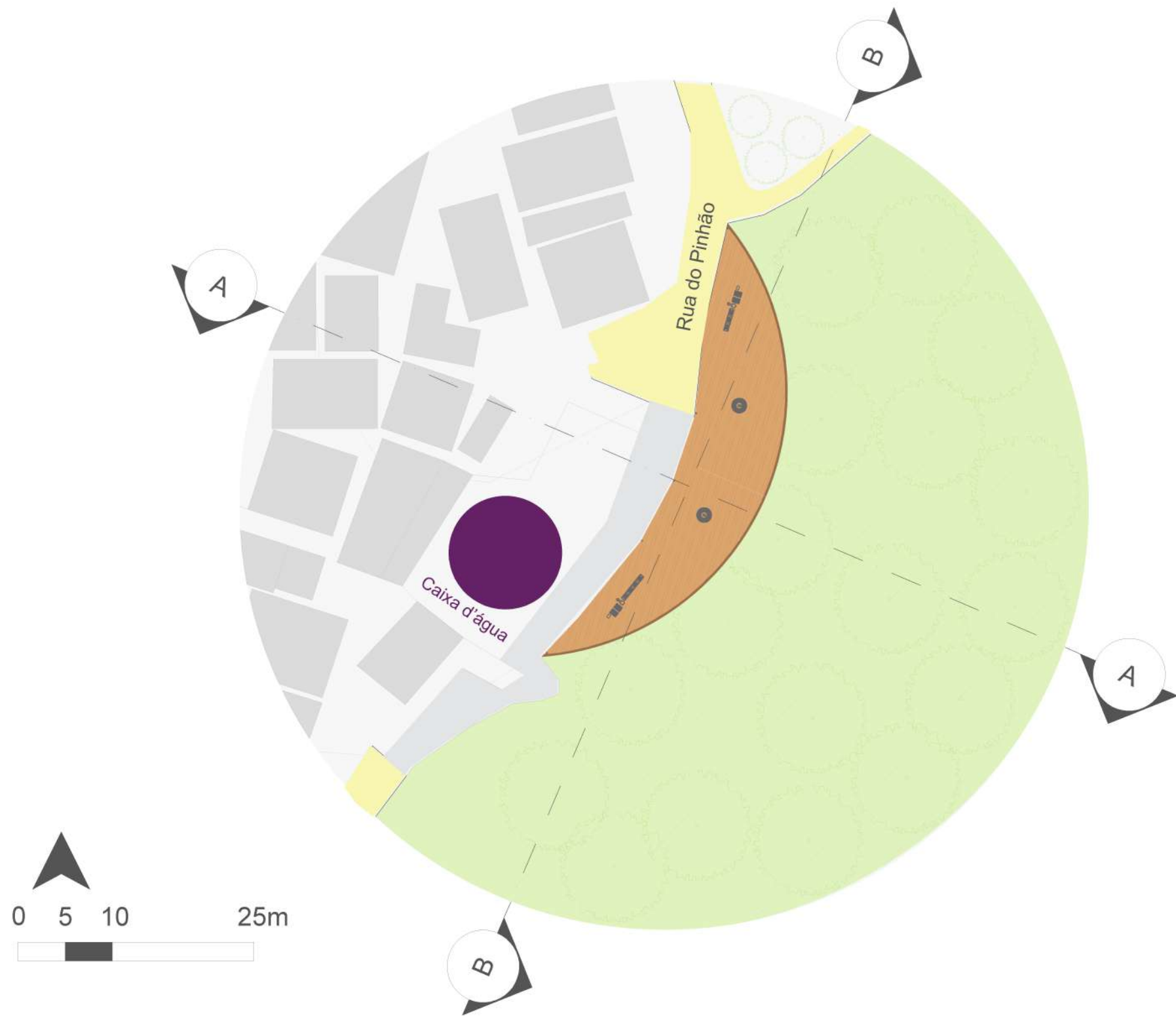
Pinhão (Figura 46) permite tirar partido da topografia e do visual da paisagem natural e urbana.

Portanto, a fim de criar mais um espaço público de lazer e permanência, que considere a abrangência geral da vila, esse projeto (Figuras 47 e 48) consiste em um deck que estrutura e dá suporte a um mirante. Com intuito de torná-lo mais convidativo e atrativo, dispôs-se mobiliários urbanos como bancos, lixeiras e postes de iluminação.



Figura 46: Mirante do Pinhão, foto da vista parcial que ele proporciona de Campos do Jordão - SP
Fonte: A autora (2023).

Figura 47: Implantação e cortes gerais do projeto do Mirante do Pinhão
Fonte: Levantamento cadastral da prefeitura de Campos do Jordão (2008) Elaboração: A autora (2023).

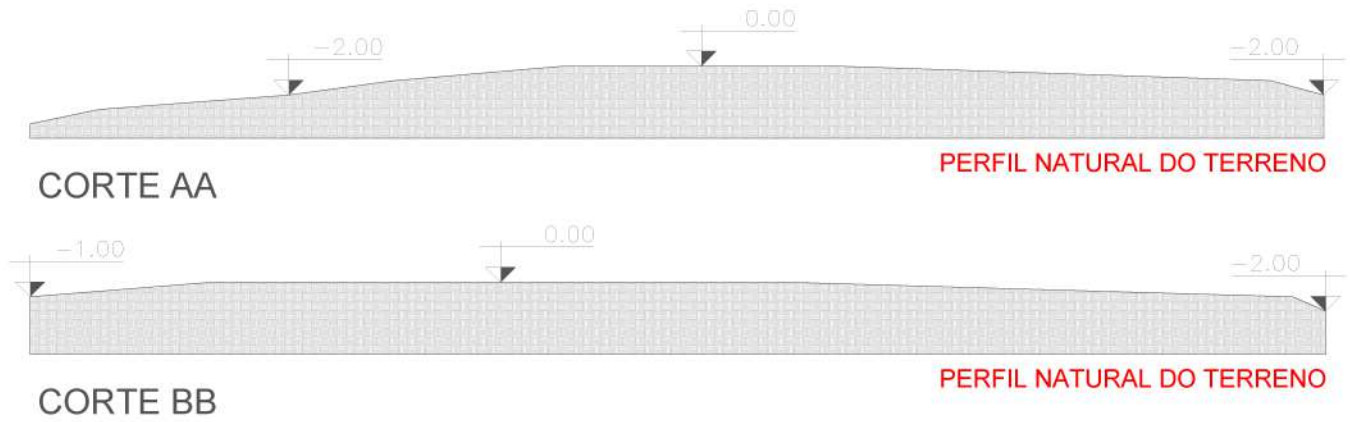


LOCALIZAÇÃO DO MIRANTE DO PINHÃO NA VILA SANTO ANTÔNIO



FOTO DO ESPAÇO ANTES DO PROJETO

IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DO MIRANTE DO PINHÃO



LEGENDA	
Uso do solo	
	Equipamento institucional
	Residencial
Hierarquia viária	
	Vias secundárias do bairro
	Vias locais sem asfalto/passeio

Figura 48: Ampliação, cortes esquemáticos e tabelas de especificações do projeto do Mirante do Pinhão
Fonte: Levantamento cadastral da prefeitura de Campos do Jordão (2008) Elaboração: A autora (2023).

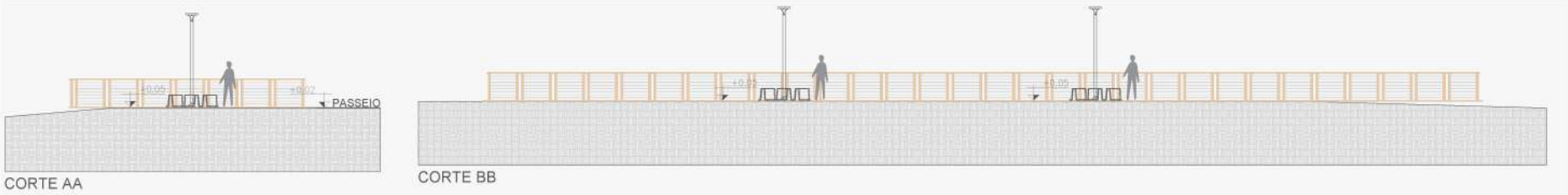


IMAGEM AÉREA DO TERRENO ANTES DO PROJETO
Fonte: Google Earth (2022)

LEGENDA	
Uso do solo	
	Equipamento institucional
	Residencial
Hierarquia viária	
	Vias secundárias do bairro
	Vias locais sem asfalto/passeio



AMPLIAÇÃO DO PROJETO DO MIRANTE DO PINHÃO



ESPECIFICAÇÃO DE PISOS		
Representação	Especificação	Imagem
	PISO DE 'ECOMADEIRA' Fabricante: Ecoblock Solução sustentável que delimita e indica os espaços dos mirantes	

ESPECIFICAÇÃO DE MOBILIÁRIOS URBANOS			
Representação	Nome	Especificação	Imagem
	BALIZADOR	Balizador do modelo DONAT - DOE201/231 Marca: mmcitê Dimensões: 0.11x1.00m	
	LIXEIRA	Lixeira do modelo TLESK - KTK100 Marca: mmcitê Dimensões: 0.37x0.55x0.87m	
	POSTE ALTURA DO PEDESTRE	Poste baixo do modelo Aptos Pedestrian Marca: FORMS+SURFACES Dimensões: 0.48x0.97x3.65m	
	BANCOS SEM ENCOSTO	Bancos do modelo SINUS LSN110/115 e LSN210/215 Marca: mmcitê Dimensões: 0.45x0.80x0.46m (110/115) 0.44x0.45m (210/215)	
	BANCOS COM ENCOSTO	Banco do modelo LIMPIDO LLP235 Marca: mmcitê Dimensões: 0.75x0.51x0.81m (235)	



REFERÊNCIA PARA A ESTRUTURA DO MIRANTE



REFERÊNCIA PARA O GUARDA-CORPO DO MIRANTE

8.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Intervir em espaços produzidos coletivamente como públicos é uma contribuição possível do profissional arquiteto e urbanista, a fim de buscar atenuar a restrição do direito à cidade para parte da população. Ademais, no âmbito da Vila Santo Antônio, Campos do Jordão - SP, a proposta projetual apresentada nesta monografia visa potencializar a singularidade inerente à favela, que é ser composta pela pluralidade, diversidade e práticas de convivência e construção coletiva do espaço urbano por seus moradores. Para isso, reitera-se a possibilidade intrínseca aos espaços públicos de permitir o convívio entre diferentes modos de vida, culturas e concepções de mundo.

Por fim, tal projeto se faz importante para a formação de profissionais que, apesar das inúmeras dificuldades,

voltem seus olhares e esforços ao invisível no contexto da sociedade injusta em que se vive. Mesmo que diante de um panorama de sobreposição de problemáticas - urbanas, habitacionais, jurídicas e sociais -, como é o caso de um assentamento irregular consolidado, e ainda que perante às limitações inerentes a elaboração deste Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, a proposta apresentada tem como objetivo constituir-se como um pequeno passo em direção à minimização de um grande problema, não só da Vila Santo Antônio e nem de Campos do Jordão - SP, mas de todas as cidades brasileiras.



9.

REFERÊNCIAS

ABITANTE, Juliana da Camara. Segregação espacial e acessibilidade: uma contribuição para o desenvolvimento sustentável em Campos do Jordão - SP. 2016. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) - Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2016.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BRANDÃO, Pedro. **O sentido da cidade**. Lisboa: Livros Horizonte, 2011.

CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Editora 34, 2000.

CAMPOS DO JORDÃO. **Lei nº 2.737, de 02 de maio de 2003**. Dispõe sobre aprovação do Plano Diretor Estratégico de Campos do Jordão. Campos do Jordão: Executivo Municipal, [2003]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-campos-do-jordao-sp>. Acesso em: 22 nov. 2022.

CAMPOS DO JORDÃO. **Lei nº 3.820, de 05 de dezembro de 2016**. Dispõe sobre alteração na Lei nº 2.737/03, Plano Diretor Estratégico de Campos do Jordão. Campos do Jordão: Executivo Municipal, [2003]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campos-do-jordao/lei-ordinaria/2016/382/3820/lei-ordinaria-n-3820-2016-que-dispoe-sobre-alteracao-na-lei-n-2737-03-de-02-052003-plano-diretor-estrategico-de-campos-do-jordao>. Acesso em: 22. nov. 2022.

CORTÉS, José Miguel G. **Políticas do espaço**: arquitetura, gênero e controle social. SP: Senac, 2008, p.72.

DELGADO, Manuel. **El espacio público como ideología**. Madri: Catarata, 2011.

DIMENSTEIN, Marcela; SCOCUGLIA, Jovanka B. C. Em busca de novos caminhos metodológicos: percepção e experiência nos espaços públicos urbanos contemporâneos por idosos da cidade de João Pessoa. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.** (ONLINE), Recife, v.19, n.3, p.417-439, set. – dez. 2017.

DUHAU, Emilio; GIGLIA, Angela. **Metropoli, espacio publico y consumo**. México: FCE, 2016.

FARAH, Flavio. A segregação da pobreza. In: FARAH, FLAVIO. **Habitação e encostas**. São Paulo: Instituto de Pesquisas e Tecnológicas, 2003, p. 28-31. Disponível em: http://www.habitare.org.br/publicacao_colecao3.aspx. Acesso em: 14 fev. 2023.

FERNANDES, Gica. Parque H3O + Beco São Vicente / M3 Arquitetura, Vazio S/A, Silvio Todeschi, Ana Assis, Alexandre Campos + MACH Arquitetos. **Archdaily**, nov. 2011. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-11784/parque-h3o-mais-beco-sao-vicente-m3-arquitetura-vazio-s-a-silvio-todeschi-ana-assis-alexandre-campos-mais-mach-arquitetos>. Acesso em: 18 fev. 2023.

FERNANDES, Marilne; PAPALI, Maria Aparecida; GOMES, Cilene; ANDRADE, Daniel. Espaço urbano e produção de centralidades socialmente segmentadas: em que se firma a centralidade de Campos do Jordão, SP? **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 17, n. 1, p. 393-409, jan-abri/2021.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. SP: Perspectiva, 2013.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados Subnormais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 14 fev. 2023

JACOBS, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2001.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: Limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: **História da Vida Privada no Brasil**. SP: Cia das Letras, 1998, Vol. 3, p. 131 – 214.

Meu Campinho. **Paraná interativo**, Governo do Estado do Paraná. Disponível: <https://paranainterativo.pr.gov.br/portal/apps/MapJournal/index.html?appid=3d46a11ee84f424888d1547fa3fc334a>. Acesso em: 18 fev. 2023.

MORAES, Maria Eugênia Bruck de; FORESTI, Celina. Áreas de ocupação e restrições ao uso do solo urbano na estância de Campos do Jordão (SP): subsídios ao planejamento urbano. **Revista Geografia**. Rio Claro, v. 25, n. 3, p. 73-84. 2000. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/2070>. Acesso em: 07 dez. 2022.

Paraná em obras. 19 unidades do Meu Campinho geram entretenimento em Maringá. **Agência estadual de notícias**, Paraná, set. 2020. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/19-unidades-do-Meu-Campinho-geram-entretenimento-em-Maringa>. Acesso em: 18 fev. 2023.

Parque Oishii / td-Atelier. **Archdaily**, dez. 2022. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/993889/parque-oishii-td-atelier?ad_source=search&ad_medium=projects_tab. Acesso em: 18 fev. 2023.

PAULO FILHO, Pedro. **Campos do Jordão: onde sempre é estação**. São Paulo: Noovha América, 2003.

PIVOTT, Cleide. O turismo e a produção social do espaço urbano. Estudos sobre Campos do Jordão, SP. 2006. **Dissertação** (Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2006.

ROSA FILHO, Arthur. Percepção geográfica de escorregamentos de encostas em favelas nas áreas de risco - Campos do Jordão - SP. 2006. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

SÃO PAULO. **Decreto nº 11.781, de 30 de dezembro de 1940**. Considera impróprias para a instalação de pensões e casas de habitação coletiva de doentes portadores de tuberculose, as vilas Capivari e Jaguaribe, da Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, [1940]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1940/decreto-11781-30.12.1940.html>. Acesso em: 22 nov. 2022.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. RJ: Cia das Letras, 1998.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz; BITETI, Mariane de Oliveira; FERNANDES, Fernando Lannes. **O que é a favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/1_D_2009_O_que_favela_afinal.pdf. Acesso em: 09 fev. 2023.

SILVA, Jailson de Souza e. Afinal, o que é favela? In: **Observatório de favelas**. Rio de Janeiro, 02 jun. 2011. Disponível em: <https://observatoriodefavelas.org.br/afinal-o-que-e-favela/>. Acesso em: 09 fev. 2023.

Urbanização do Complexo Cantinho do Céu / Boldarini Arquitetura e Urbanismo. **Archdaily**, dez. 2013. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/01-157760/urbanizacao-do-complexo-cantinho-do-ceu-slash-boldarini-arquitetura-e-urbanismo?ad_source=search&ad_medium=projects_tab. Acesso em: 18 fev. 2023.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. SP: Studio Nobel/Fapesp, 2001, p.141 – 155.